



RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO  
DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

**MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**



4.º TRIMESTRE DE 2017

## Sumário Executivo

No presente relatório são analisados os dados da execução orçamental do Município de Vila Real de Santo António, referentes ao 4.º trimestre de 2017, face às metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro, do Município sendo que o cumprimento das medidas previstas no mesmo plano são, em síntese, as seguintes:

### 1. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal (PAM) do Município de Vila Real de Santo António

1.1. As medidas previstas no PAM, para o reequilíbrio orçamental, não foram cumpridas na sua generalidade, nos termos previstos.

1.2 As medidas relativas ao Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) e Assistência Financeira previstas no PAM foram cumpridas na sua globalidade.

1.3 Não foram cumpridas as medidas referentes à despesa, nomeadamente as que se referem à racionalização de aquisição de serviços, à contenção de despesa nos encargos variáveis ou eventuais com o pessoal, ao faseamento de despesa de investimento, na renegociação de contratos de arrendamento e aluguer, à racionalização de consumos intermédios e na redução de transferências para instituições sem fins lucrativos.

### 2. Execução orçamental face às metas definidas no Programa de Ajustamento Municipal

2.1. **A receita total apresentou, no período em análise, um decréscimo de 10,1% (€ 589,2 m), face ao montante definido no PAM**, tendo-se verificado um acréscimo de 2,5% (€ 118,4 m) na receita corrente e um decréscimo de 68,0% (€ 707,6 m) na receita de capital.

2.2. **A despesa total apresentou, no período em análise, um decréscimo de 40,5% (€ 4,9 M)** face ao montante definido no PAM, apresentando uma diminuição de 48,2% (€ 4,2 M) na despesa corrente e 21,3% (€ 734,3 m) na despesa de capital. No entanto, foram assumidos (tendo ficado por pagar) compromissos que representam cerca de 26,0% (€ 9,3 M), do total dos compromissos assumidos.

2.3. **No saldo total** regista-se um **desvio negativo de € 4.318.727**, face ao valor previsto no PAM.

### 3. Principais considerações

3.1. Após a análise ao cumprimento das medidas contratualizadas no PAM, conclui-se que, no que se refere ao Plano de Reestruturação da Dívida (PRD), as mesmas foram globalmente cumpridas. Relativamente às medidas de equilíbrio orçamental e à execução orçamental no 4.º trimestre de 2017, as mesmas não foram cumpridas na sua generalidade.

3.2. No que se refere à Análise da Execução Orçamental, acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM, a receita total apresenta um desvio negativo de cerca de 17,6% e a despesa total um desvio positivo (decréscimo de despesa) de cerca de 3,9%.

**3.3. A evolução negativa dos saldos orçamentais, nomeadamente do saldo total, saldo global efetivo e saldo primário efetivo, face às previsões em período de ajustamento, espelham uma execução orçamental negativa face às previsões do PAM.**

## Sumário Executivo

### Principais Indicadores - Dezembro de 2017 (variação face ao PAM)

#### Saldo Total



**-1.287.124 €** **-4.318.727 €**  
€ Var. Saldo Total

#### Saldo Global Efetivo



**-4.790.319 €** **-5.493.675 €**  
€ Var. Saldo Global Efetivo

#### Saldo Primário Efetivo



**-2.245.101 €** **-5.953.662 €**  
€ Var. Saldo Primário Efetivo

#### Despesa de Investimento / Receita Efetiva



**3,7%** **1,6%**  
% Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva

#### Dívida Financeira



**65.253.087 €**

#### Dívida Não Financeira



**10.597.431 €**

#### Dívida Total Relevante



**76.926.598 €**

#### Equilíbrio Orçamental



**-6.110.939 €** **-29,2%**  
% Equilíbrio Orçamental

#### Receita Efetiva



**19.230.094 €** **-21,9%**  
% Var. Receita Efetiva

#### Despesa Efetiva



**24.020.412 €** **0,4%**  
% Var. Despesa Efetiva

#### Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida



**12.432.336 €** **-11,8%**  
% Var. DPSD

#### Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida / Despesa Efetiva



**51,8%**

## Índice

Introdução.....	5
Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António.....	8
Reequilíbrio orçamental.....	8
Receita.....	8
Despesa.....	9
Plano de Reestruturação da Dívida (PRD).....	10
Assistência Financeira.....	11
Análise da execução do orçamento municipal (OM) acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM.....	13
Receita.....	15
Despesa.....	22
Saldos orçamentais.....	30
Análise Patrimonial do Município acumulada até ao 4.º trimestre de 2017.....	31
Balancete de Dezembro de 2017 (resumo).....	31
Indicadores Patrimoniais.....	34
Análise do Endividamento do Município acumulada até ao 4.º trimestre de 2017.....	36
Conclusões.....	37
Proposta.....	43
Glossário.....	44
Anexo I - Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 4.º trimestre de 2017 - Março de 2017).....	45
Anexo II - Balancete de Dezembro de 2017.....	50

## Índice de Quadros e Gráficos

QUADRO 1 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Reequilíbrio orçamental da receita.....	8
QUADRO 2 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Reequilíbrio orçamental da despesa.....	9
QUADRO 3 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Plano de Reestruturação da Dívida (PRD).....	10
QUADRO 4 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita do 4.º trimestre.....	16
QUADRO 5 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita acumulada até ao 4.º trimestre.....	17
QUADRO 6 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Compromissos assumidos.....	23
QUADRO 7 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa do 4.º trimestre.....	24
QUADRO 8 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa acumulada até ao 4.º trimestre.....	25
QUADRO 9 – Análise Patrimonial do Município – Balancete de Dezembro de 2017 (resumo).....	32
GRÁFICO 1 – Comparação entre a execução da Receita Corrente e o PAM.....	18
GRÁFICO 2 – Comparação entre a execução da Receita de Capital e o PAM.....	19
GRÁFICO 3 – Estrutura da Receita.....	20
GRÁFICO 4 – Comparação entre a execução da Despesa Corrente e o PAM.....	26
GRÁFICO 5 – Comparação entre a execução da Despesa de Capital e o PAM.....	27
GRÁFICO 6 – Estrutura da Despesa.....	28
GRÁFICO 7 – Evolução dos Saldos.....	30

## Introdução

A Lei n.º53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, doravante Lei do FAM, ao aprovar o regime jurídico da recuperação financeira municipal e ao regulamentar o Fundo de Apoio Municipal (FAM), visa estabelecer os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permita ao Município atingir e respeitar o limite de dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sempre que o Município se encontre em situação de rutura financeira é obrigado a recorrer ao FAM.

Encontrando-se o Município de Vila Real de Santo António em rutura financeira, o mesmo aderiu ao mecanismo previsto na Lei do FAM, nos termos do estipulado normativo referido no parágrafo anterior. O Município apresentou uma proposta de Plano de Ajustamento Municipal (PAM), em maio de 2015, conforme previsto no art.º 24.º da Lei do FAM . Na sequência da análise da DGAL e da Direção Executiva do FAM à referida proposta, o Município apresentou uma nova versão do PAM, em abril de 2016, a qual foi avaliada, alterada e aprovada pela Direção Executiva do FAM e mereceu a pronúncia prévia da Comissão de Acompanhamento, nos termos dos art.ºs 9.º e 11.º, respetivamente, ambos da Lei do FAM.

O PAM aprovado tem como objetivo principal a redução da dívida total do Município, até ao limite previsto no n.º1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Para o cumprimento desse desiderato, foram estabelecidas medidas orçamentais, com limites quantitativos, tanto na receita como na despesa, um plano de reestruturação da dívida, tendo-se vinculado o Município a obrigações de monitorização do cumprimento do PAM e à celebração de um contrato de empréstimo de assistência financeira com o FAM, até ao montante de € 19.619.907,20 (dezanove milhões, seiscentos e dezanove mil, novecentos e sete euros e vinte cêntimos), pelo prazo de 20 anos.

O contrato de empréstimo de assistência financeira celebrado entre o Município de Vila Real de Santo António e o FAM, assinado a 11 de maio de 2016, foi visado pelo Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 11 de outubro de 2016.

Em 2016, foi efetuado um primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira, no montante de **€5.541.756,45**, correspondente ao capital efetivamente em dívida dos empréstimos a amortizar. Em 2017, foi realizado o desembolso no valor de **€5.541.756,45**, na sequência da entrega e aprovação do relatório de monitorização. No decurso do 2.º semestre de 2017, foram concedidas garantias autónomas até no montante de €25.105.318,37.

Durante o ano de 2017, foram efetuados desembolsos no montante de **€501.302,40**, correspondentes a passivos financeiros transitados em julgado.

## Introdução (Continuação)

Conforme o previsto no n.º 1 do art.º 29.º da Lei do FAM, compete à Direção Executiva do FAM definir a estrutura da monitorização dos PAM, tendo para o efeito a mesma deliberado na reunião de 28 de outubro de 2016, a estrutura da informação necessária e adequada a prestar pelos Municípios com os contratos PAM e de empréstimo e de assistência financeira visados pelo Tribunal de Contas.

Neste sentido, o presente relatório visa a análise do cumprimento e acompanhamento do Plano de Ajustamento Municipal, do Município de Vila Real de Santo António, apresentando-se na primeira parte todas as medidas contidas no PAM, bem como as informações prestadas pelo Município, em sede de monitorização, verificando-se que o Município incumpriu parcialmente com as medidas previstas no PAM. No entanto, algumas dessas medidas não têm materialidade suficiente para, por si só, condicionarem a eficácia do Programa.

Numa segunda parte, pretende-se analisar a execução orçamental do Município em relação às previsões constantes nos formulários de execução orçamental previstos no PAM, no que respeita à receita, despesa e saldos orçamentais. É sobre o incumprimento das medidas que têm um impacto significativo nos saldos orçamentais e na estratégia de redução de dívida que nos iremos debruçar no presente relatório.

Finalmente, nas conclusões pretende-se avaliar a execução do Programa e emitir as recomendações de ajustamento, tendo em vista a libertação da tranche subsequente do capital referente ao empréstimo de assistência financeira.

O Município apresentou uma versão inicial do Relatório do primeiro semestre de 2017, em 3 de janeiro de 2018, sendo que o mesmo não foi aceite por faltarem peças essenciais ao mesmo, nomeadamente o relatório do Fiscal Único do Município. Face ao atraso verificado e ao fecho do semestre subsequente, foi admitida a apresentação de um Relatório contendo a execução relativa à totalidade do ano de 2017.

Do Relatório apresentado pelo Município, na data de 15 de maio, referente à monitorização do PAM para o 4.º trimestre de 2017, acompanhado pelos anexos da execução orçamental, execução do plano de reestruturação de dívida (PRD) e a certificação do auditor externo nos termos do n.º 2 do art.º 29.º da Lei do FAM, o qual se anexa ao presente relatório, consta um conjunto de incumprimentos das medidas definidas no PAM que têm de ser devidamente ponderados, mas cuja consequência maior tem a ver com o aumento da dívida total do Município, contrário ao objetivo de redução gradual preconizado no PAM. Em paralelo, com o reconhecimento do incumprimento de algumas medidas previstas no PAM, o Município vem solicitar a revisão excecional do mesmo, tendo em conta a sua incapacidade para cumprir as medidas estipuladas no contrato, bem como a dificuldade em assegurar o normal funcionamento da autarquia.

## **Introdução (Continuação)**

Na verdade, não está previsto na Lei qualquer outro mecanismo de apoio aos municípios em situação de rutura, como é o caso do Município de Vila Real de Santo António. Ora, caso não seja efetuada a revisão do PAM, o Município não terá condições para assegurar o funcionamento da Autarquia e da Empresa Municipal SGU, EM. Neste momento, a dotação orçamental está integralmente comprometida pelos valores transitados do ano anterior, pelo que não pode realizar mais compromissos para assegurar as despesas de funcionamento.



## I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António

### 1. Reequilíbrio orçamental ([ver explicações apresentadas pelo Município na página 45, 46 e 47](#))

#### 1.1. Receita

**QUADRO 1 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Reequilíbrio orçamental da receita**

Objetivo	Reporte do Município	Cumprimento
Deliberar anualmente a participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) à taxa máxima;	Anexo I alínea a)	Medida cumprida
Deliberar anualmente lançar a derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas à taxa máxima;	Anexo I alínea b)	Medida cumprida
Deliberar anualmente fixar a taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);	Anexo I alínea c)	Medida cumprida
Não aplicar qualquer fator minorativo e a aplicar os fatores majorativos no que se refere às taxas de IMI e de derrama;	Anexo I alínea d)	Medida cumprida
Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do município, bem como a abster-se de conceder benefícios durante a vigência do PAM, exceto se autorizado pelo FAM mediante justificação das vantagens económicas para o Município;	Anexo I alínea e)	Medida parcialmente cumprida
Fixar os preços a cobrar nos sectores do saneamento, água e resíduos as recomendações da entidade reguladora daqueles setores, pelo prazo de vigência do PAM;	Anexo I alínea f)	Medida parcialmente cumprida
Adotar as medidas conducentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, aplicação de coimas, instauração de processos de execução fiscal, designadamente no que se refere à arrecadação de receita, com os impactos, por ano, constantes do Mapa 1, anexo ao PAM;	Anexo I alínea g)	Medida cumprida
Atualizar anualmente a tabela municipal de taxas e preços, respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como a demais legislação setorial e/ou específica atinente;	Anexo I alínea h)	Medida parcialmente cumprida
Utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente aquela que decorrer da venda de bens de investimento;	Anexo I alínea i)	Medida não aplicável
Efetuar as comunicações legalmente previstas, nos termos e para os efeitos previstos nas alíneas anteriores, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira;	Anexo I alínea j)	Medida cumprida
Informar o FAM acerca do cumprimento das comunicações referidas na alínea anterior, apresentando evidência de tal cumprimento;	Anexo I alínea k)	Medida cumprida

## I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António

### 1. Reequilíbrio orçamental [\(ver explicações apresentadas pelo Município na página 45, 46 e 47\)](#)

#### 1.2. Despesa

QUADRO 2 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Reequilíbrio orçamental da despesa

Objetivo	Reporte do Município	Cumprimento
Não adotar quaisquer procedimentos de recrutamento de pessoal ou celebrar quaisquer contratos de trabalho, que tenham como objetivo substituir trabalhadores que se aposentem ou se reformem, salvo prévia autorização do FAM;	Anexo I alínea l)	Medida cumprida
Promover a racionalização da aquisição de serviços, mediante análise de valores mensais e fixação de requisitos para novas contratações e renovações, por forma a reduzir as despesas, de acordo com os objetivos fixados no Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea m)	Medida não cumprida
Monitorizar os encargos variáveis ou eventuais, designadamente com trabalho suplementar, ajudas de custo e outras despesas com deslocações, por forma a respeitar os limites quantitativos de despesa constantes do Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea n)	Medida não cumprida
Não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa;	Anexo I alínea o)	Medida não cumprida
Proceder ao faseamento da despesa de investimento respeitando os limites quantitativos constantes do Mapa 2, anexo ao PAM, comprometendo-se a partir do final do período de ajustamento a não aumentar a despesa realizada a um ritmo superior à taxa de inflação;	Anexo I alínea p)	Medida não cumprida
Promover a racionalização do consumo de eletricidade, nos edifícios municipais e na iluminação pública, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea q)	Medida parcialmente cumprida
Renegociar e promover rescisões de contratos de arrendamento e aluguer, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea r)	Medida não cumprida
Racionalizar do consumo de água, nos edifícios municipais e espaços públicos, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea s)	Medida não cumprida
Renegociar dos contratos de seguros, comunicações, manutenção e assistência técnica, combustíveis e energia, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea t)	Medida não cumprida
Promover a redução e racionalização das "Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos", cumprindo os objetivos de despesa com transferências e subsídios definidos no Mapa 2, bem como a apresentar uma proposta alternativa quanto à forma de atribuição dos subsídios a clubes e associações pela utilização do Complexo Desportivo de VRSA, até ao final do primeiro semestre de 2016;	Anexo I alínea u)	Medida não cumprida
Implementar medidas de redução da despesa corrente e de capital, com os impactos mínimos, por ano, constantes do Mapa 3, anexo ao PAM;	Anexo I alínea v)	Medida não cumprida

## I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António

### 2. Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) ([ver explicações apresentadas pelo Município na página 45, 46 e 47](#))

QUADRO 3 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Plano de Reestruturação da Dívida (PRD)

Objetivo	Reporte do Município	Cumprimento
Respeitar os acordos de reestruturação da dívida firmados com os credores, no âmbito do Plano de Reestruturação da Dívida constantes do Vol. II, anexo 1 b., que deste contrato fazem parte integrante	Anexo I alínea w)	Medida cumprida
Adotar as deliberações necessárias, no âmbito do n.º 3 do artigo 26º da LFAM e sujeitar os acordos destinados a alterar as condições atuais de empréstimos que constituam dívida pública fundada a visto prévio do Tribunal de Contas	Anexo I alínea x)	Medida cumprida
Verificar a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente no que se refere aos procedimentos de contratação pública	Anexo I alínea y)	Medida cumprida
Não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa	Anexo I alínea z)	Medida cumprida

**Relativamente aos desvios verificados na aplicação das medidas de reequilíbrio orçamental, o Município apresentou, após solicitação do FAM, um anexo a descrição dos referidos desvios por natureza, tanto do lado da receita como da despesa, o qual se anexa ao presente relatório.**

## I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António

### 3. Assistência Financeira

#### 3.1. Execução das *tranches*, pagamentos efetuados e amortização de empréstimo.

O FAM transferiu para o Município, no dia 23 de novembro de 2016, a quantia de € 5.541.756,45, ao abrigo do contrato de empréstimo e de assistência financeira visado pelo Tribunal de Contas em 11 de outubro de 2016. Foi efetuado um segundo desembolso, após monitorização do 4.º trimestre de 2016, no montante de € 5.541.756,45, e foram efetuados vários desembolsos referentes a passivos contingentes, no montante global de € 501.302,40, perfazendo um total desembolsos de **€ 11.584.815,30**.

No relatório de monitorização, o Município informou que o montante recebido foi utilizado para efetuar os seguintes pagamentos:

- a) Dívida Financeira - € 0,00;
- b) Dívida não Financeira (Fornecedores) - € 11.064.926,57;
- c) Passivos Contingentes - € 501.302,40;

Total da dívida paga pelo Município - € 11.566.228,97;

**Saldo residual face aos desembolsos do FAM - € 18.586,33.**

**Adicionalmente o Município informou que procedeu à correção do mapa de execução relativo ao Anexo A ao Contrato de Assistência Financeira, tendo sido identificada a dívida a fornecedores, à data do visto prévio pelo Tribunal de Contas, no montante de € 14.714,780,99, tendo sido liquidado o valor de € 1.128161,02, referente a dívida não financeira (fornecedores), utilizando verbas provenientes da receita própria gerada.**

No período em análise, não houve lugar a amortizações por estar a decorrer o período de carência de capital, tendo sido liquidados juros referentes ao segundo semestre de 2017, com vencimento a 31 de dezembro do mesmo ano, no montante de € 96.996,08, cujo pagamento se efetivou no dia 3 de janeiro de 2018.

## I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António

### 3. Assistência Financeira

#### 3.1. Execução das *tranches*, pagamentos efetuados e amortização de empréstimo.

No decorrer da monitorização do 2.º trimestre de 2017 foi solicitado ao Município que fosse prestada informação acerca dos pagamentos efetuados ao abrigo do Plano de Reestruturação de Dívida (PRD). Foi elaborada uma lista de amostragem, relativas ao Anexo A ao Contrato de Empréstimo e de Assistência Financeira, para que o Município procedesse à circularização dos saldos com os fornecedores e ao envio das ordens de pagamento das despesas efetuadas ao abrigo do PAM. A referida amostra é representativa em 100,0% dos pagamentos efetuados ao abrigo do PAM.

No parecer emitido pelo Revisor Oficial de Contas do Município, relativo ao 1.º semestre de 2017, o resultado da circularização foi o seguinte:

#### MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RESUMO DA CIRCULARIZAÇÃO

Descrição	N.º	valor	N.º / sub total	N.º / Total	Valor / sub total	Valor / Total	Notas
respostas recebidas - concordantes	109	3.383.953,81	90,8%	41,4%	92,6%	59,8%	
respostas recebidas - discordantes com procedimentos alternativos conclusivos	10	212.127,95	8,3%	3,8%	5,8%	3,7%	
respostas recebidas - discordantes com procedimentos alternativos não conclusivos	1	59.639,86	0,8%	0,4%	1,6%	1,1%	(*)
<b>sub total respostas recebidas</b>	<b>120</b>	<b>3.655.721,62</b>		<b>45,6%</b>		<b>64,6%</b>	
respostas não recebidas - com procedimentos alternativos conclusivos	135	1.991.650,42	94,4%	51,3%	99,5%	35,2%	
respostas não recebidas - com procedimentos alternativos não conclusivos	8	9.607,38	5,6%	3,0%	0,5%	0,2%	(**)
<b>sub total respostas não recebidas</b>	<b>143</b>	<b>2.001.257,80</b>		<b>54,4%</b>		<b>35,4%</b>	
<b>Total</b>	<b>263</b>	<b>5.656.979,42</b>					

Fonte: Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade sobre o relatório de execução do 1.º semestre de 2017, no âmbito do programa de ajustamento municipal (PAM), Oliveira, Reis & Associados, SROC, LDA.

## **II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM**

As medidas e as obrigações previstas no PAM refletem-se quantitativamente em metas orçamentais, tanto do lado da receita como da despesa, resultando em objetivos quanto ao saldo (poupança) a obter tendo em vista, nomeadamente, assegurar o pagamento dos encargos com o empréstimo contraído ao abrigo da assistência financeira concedida pelo FAM bem como reduzir o rácio da dívida total do município nos termos programados.

Na presente análise, avalia-se a execução orçamental nas perspetivas trimestral e acumulada. Assim, é feita uma comparação direta entre os montantes previstos no 4.º trimestre do PAM com a execução orçamental do Município, isolada no mesmo período, expurgando-se os valores do 1.º, 2.º e 3.º trimestres.

A outra análise feita é numa perspetiva acumulada, verificando-se aqui qual a execução acumulada até ao referido período, face ao valor global previsto no PAM para o ano de 2017, sendo possível apurar o grau de execução por agregados económicos.

Na página seguinte, consta um resumo comparativo entre a execução orçamental prevista no PAM e a execução orçamental do Município, verificada acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, referentes aos principais indicadores da receita.

## II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM

### Indicadores da Receita (variação face ao PAM)



## **II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM**

### **1. Receita**

Em termos globais, a receita efetiva executada, apenas no 4.º trimestre, é inferior em cerca de € 646,1 m à constante do PAM, o que representa um decréscimo de cerca de 11,1%. Em termos acumulados (execução verificada no ano até ao período em análise), apresenta um grau de execução inferior ao montante previsto no PAM, para o ano de 2017, em cerca de 21,9% (€ 5,4 M).

Em concreto, no que se refere a receita corrente, os valores do trimestre registaram um acréscimo em relação às previsões do PAM, para o mesmo período, apresentando um desvio positivo de 2,5% (€ 118,4 m). O desempenho na execução orçamental da receita deveu-se, em grande medida, ao aumento de receita cobrada relativa a impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, transferências correntes e venda de bens e serviços correntes, face ao previsto.

**Em termos acumulados, o grau da execução da receita corrente, face ao previsto no PAM, apresenta um desvio negativo de cerca de 8,2% (€ 1,7 M).**

**A execução orçamental acumulada, das rubricas referentes a rendimentos de propriedade, transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, apresentam desvios negativos significativos de 49,1% (€ 220,5 m), 8,1% (€ 286,6 m), 40,9% (€ 2,1 M) e 94,5% (€ 288,6 m), respetivamente.**

**A execução orçamental das rubricas referentes a impostos diretos e taxas, multas e outras penalidades, apresentam desvios positivos em cerca de 11,9% (€ 1,2 M) e 11,2% (€ 103,3 m). Contudo, o impacto destes desvios é reduzido face ao decréscimo verificado nas restantes rubricas da receita.**

No que se refere às receitas de capital, os valores do trimestre apresentam uma variação negativa, face às previsões do PAM, para o mesmo período de 68,0% (€ 707,6 m), tendo sido a classificação económica, relativa a venda de bens de investimento, que mais contribuiu para esta diminuição.



## II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM

### 1.1. Receita no 4.º trimestre

QUADRO 4 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita no 4.º trimestre

	⊕ 2017			
	PAM	Execução	Desvio Execução - PAM	Grau de Execução
<b>Total</b>	<b>5.846.069,60 €</b>	<b>5.256.868,60 €</b>	<b>-589.201,00 €</b>	<b>-10,1%</b>
⊕ 01 - Impostos Directos	2.908.811,99 €	3.083.068,57 €	174.256,58 €	6,0%
⊕ 02 - Impostos indirectos	77.514,34 €	30.247,87 €	-47.266,47 €	-61,0%
⊕ 04 - Taxas, multas e outras penalidades	229.644,25 €	291.224,91 €	61.580,66 €	26,8%
⊕ 05 - Rendimentos da propriedade	112.190,39 €	9.029,22 €	-103.161,17 €	-92,0%
⊕ 06 - Transferências correntes	881.659,96 €	940.015,01 €	58.355,05 €	6,6%
⊕ 07 - Venda de bens e serviços correntes	519.139,64 €	565.563,79 €	46.424,15 €	8,9%
⊕ 08 - Outras receitas correntes	76.397,58 €	4.617,53 €	-71.780,05 €	-94,0%
⊕ 09 - Venda de bens de investimento	941.249,06 €	0,00 €	-941.249,06 €	-100,0%
⊕ 10 - Transferências de capital	99.462,39 €	276.163,91 €	176.701,52 €	177,7%
⊕ 11 - Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 12 - Passivos financeiros	0,00 €	56.867,18 €	56.867,18 €	-
⊕ 13 - Outras receitas de capital	0,00 €	70,61 €	70,61 €	-
⊕ 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-

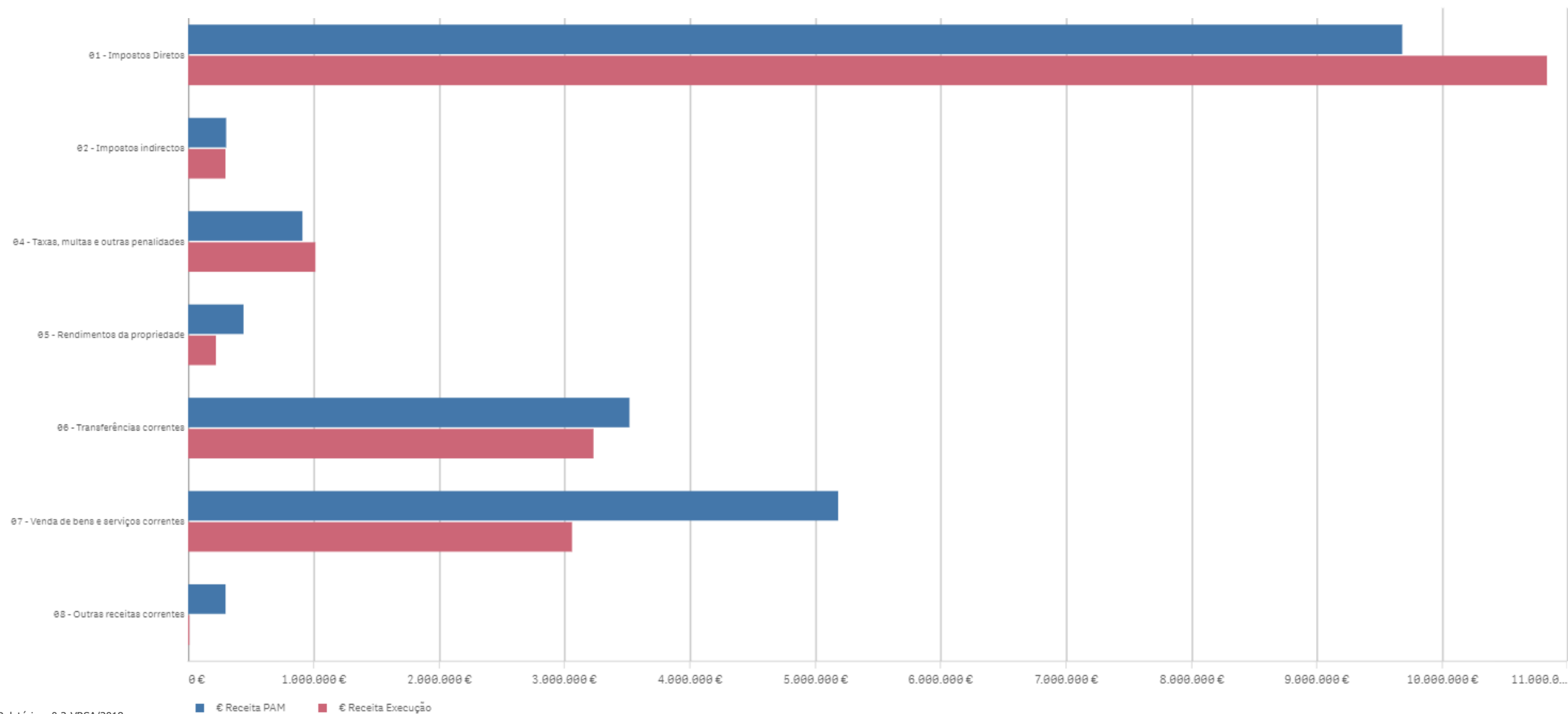
## II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM

### 1.2. Receita acumulada até ao 4.º trimestre

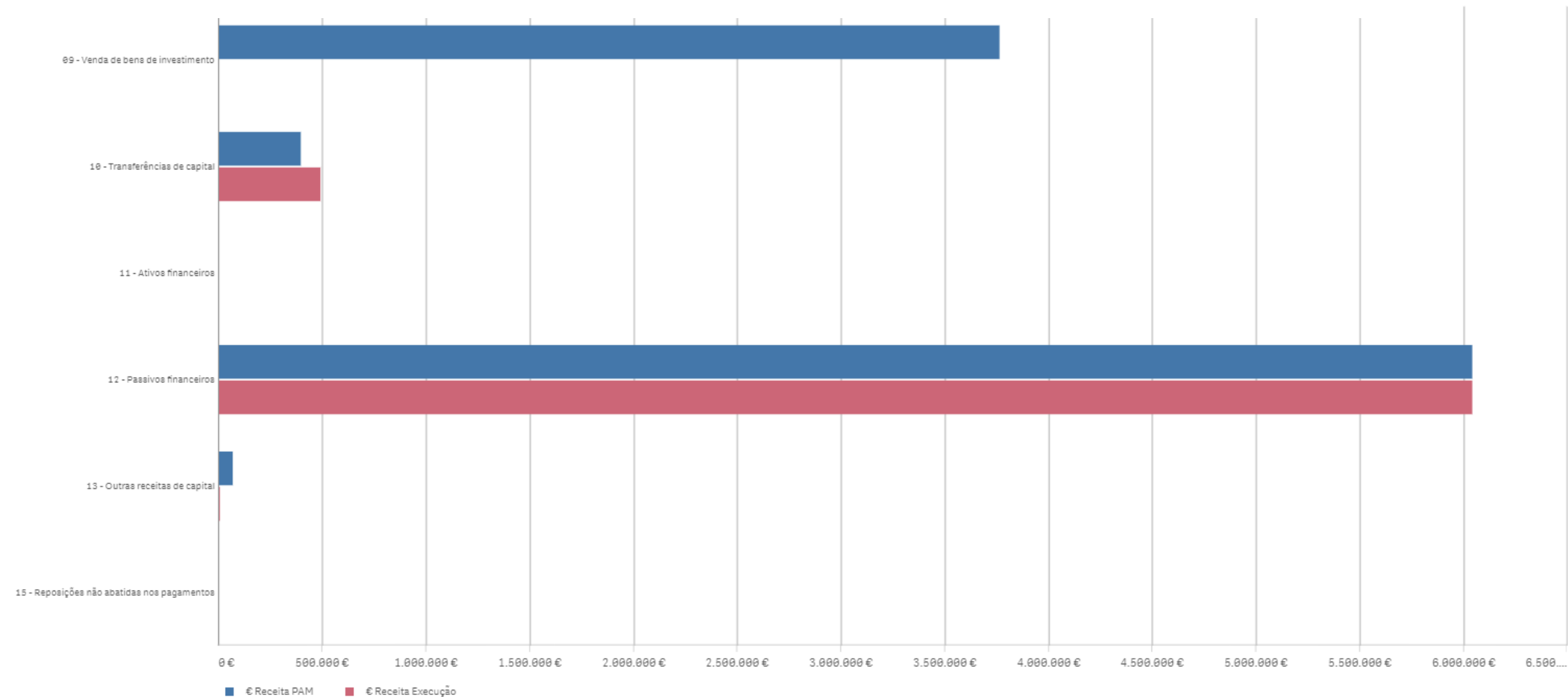
QUADRO 5 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita acumulada até ao 4.º trimestre

	2017			
	PAM	Execução	Desvio Execução - PAM	Grau de Execução
<b>Total</b>	<b>30.666.958,41 €</b>	<b>25.273.152,59 €</b>	<b>-5.393.805,81 €</b>	<b>-17,6%</b>
⊕ 01 - Impostos Diretos	9.690.031,27 €	10.844.573,59 €	1.154.542,32 €	11,9%
⊕ 02 - Impostos indirectos	310.057,36 €	304.903,14 €	-5.154,22 €	-1,7%
⊕ 04 - Taxas, multas e outras penalidades	918.577,00 €	1.021.911,77 €	103.334,77 €	11,2%
⊕ 05 - Rendimentos da propriedade	448.761,56 €	228.277,65 €	-220.483,91 €	-49,1%
⊕ 06 - Transferências correntes	3.526.639,86 €	3.239.998,33 €	-286.641,53 €	-8,1%
⊕ 07 - Venda de bens e serviços correntes	5.191.396,37 €	3.068.791,15 €	-2.122.605,22 €	-40,9%
⊕ 08 - Outras receitas correntes	305.590,32 €	16.946,62 €	-288.643,70 €	-94,5%
⊕ 09 - Venda de bens de investimento	3.764.996,24 €	2.852,34 €	-3.762.143,90 €	-99,9%
⊕ 10 - Transferências de capital	397.849,58 €	492.591,05 €	94.741,47 €	23,8%
⊕ 11 - Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 12 - Passivos financeiros	6.043.058,85 €	6.043.058,85 €	0,00 €	0,0%
⊕ 13 - Outras receitas de capital	70.000,00 €	7.935,23 €	-62.064,77 €	-88,7%
⊕ 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00 €	1.312,87 €	1.312,87 €	-

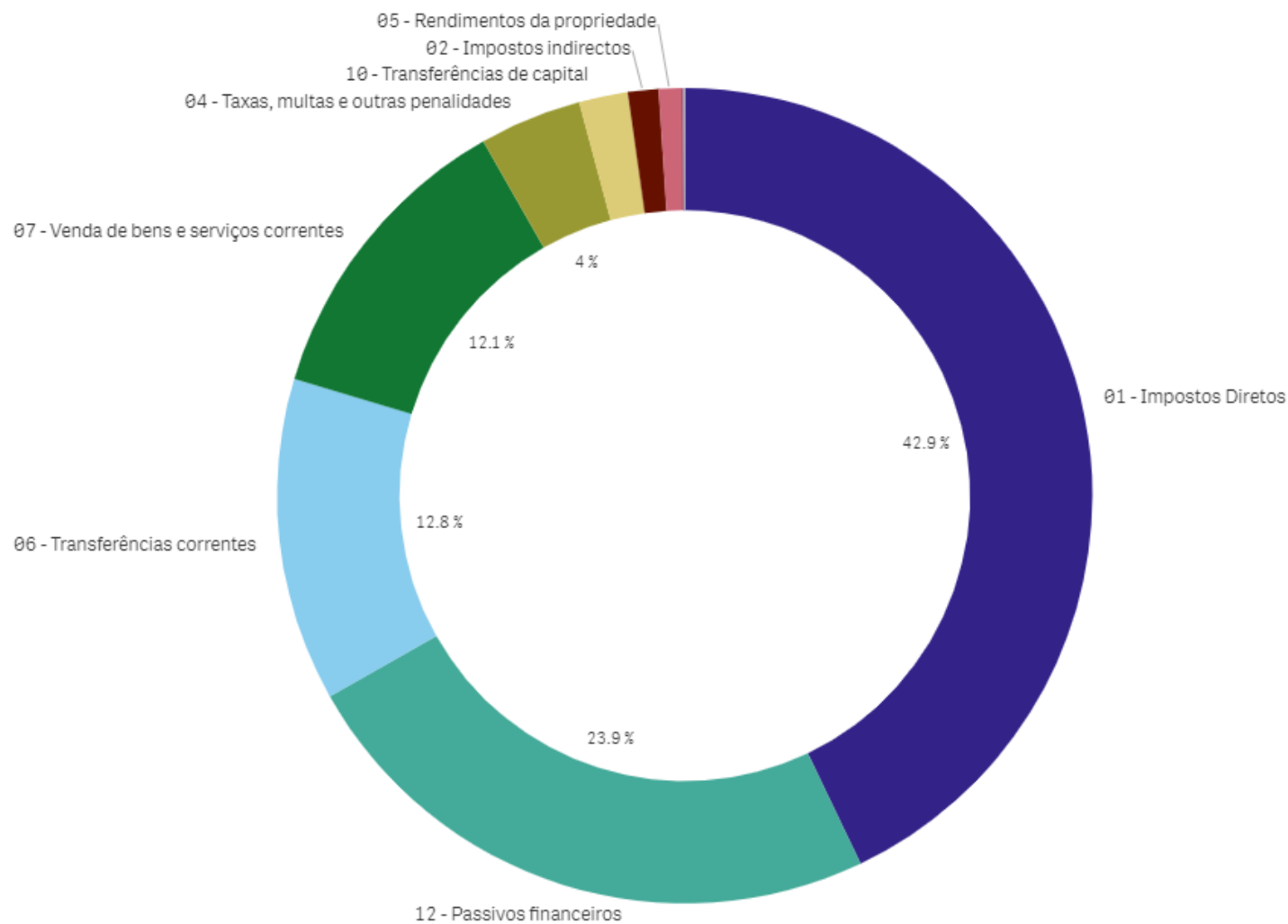
**GRÁFICO 1 – Comparação entre a execução da Receita Corrente e o PAM**



**GRÁFICO 2 – Comparação entre a execução da Receita de Capital e o PAM**



**GRÁFICO 3 – Estrutura da Receita**



## II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM

### Indicadores da Despesa (variação face ao PAM)



## II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM

### 2. Despesa

No que se refere à despesa efetiva a execução do 4.º trimestre apresenta um valor inferior em cerca de € 4,2 M face à prevista no PAM, o que representa um decréscimo de cerca de 40,9%. Em termos acumulados, apresenta um grau de execução superior em cerca de 0,4% (€ 99,9 m), face ao valor previsto no PAM ajustado, para o ano de 2017.

Sobre as rubricas de "Aquisição de bens e serviços", "Juros e outros encargos", "Transferências correntes", "Outras despesas correntes", "Aquisição de bens de capital" e "Transferências de capital", verificou-se uma contração significativa da despesa no trimestre, face ao valor previsto no PAM, de cerca de 58,8% (€ 2,1 M), 63,5% (€ 932,4 m), 75,3% (€ 1,1 M), 69,3% (€ 208,3 m), 23,0% (€ 56,7 m) e 38,8% (€ 10,1 m), respetivamente.

Relativamente à rubrica de "Despesas com o pessoal", a mesma apresenta um desvio negativo (acréscimo de despesa) de cerca de 8,8% (€ 163,4 m), face ao PAM ajustado, para o mesmo período.

Em termos acumulados, o grau de execução orçamental da despesa corrente é superior em cerca de 0,1% (€ 28,6 m), face ao previsto no PAM para o exercício de 2017. **O desvio negativo é verificado nas rubricas de "Aquisição de bens e serviços" e "Transferências correntes", em cerca de 3,2% (€ 241,7 m) e 17,4% (€ 508,6 m).**

**Relativamente às despesas de capital, verifica-se um decréscimo de 21,3% (€ 734,3 m), face ao valor previsto. Para a diminuição verificada, a rubrica "Passivos financeiros" foi aquela que originou o maior impacto 36,2% (€ 609,0).**

Em termos acumulados, a despesa de capital apresenta um valor inferior em cerca de 18,2% (€ 1,1 M), face à previsão do PAM ajustado para o referido exercício.

## II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM

### 2. Despesa

Relativamente à despesa total, a execução do 4.º trimestre revela um desvio positivo (decréscimo de despesa) de cerca de 40,5% (€ 4,9 M) e uma execução acumulada inferior em cerca de 3,9% (€ 1,1 M), face à previsão anual do PAM ajustado.

Sobre os compromissos registados pelo Município para o corrente ano, verifica-se que o montante de € 35.875.195, decorrente, em parte, resulta da dívida não financeira liquidada ao abrigo do Contratado de Empréstimo de Assistência Financeira, sendo certo que os montantes totais registados estão cerca de € 8,2 M acima dos limites de despesa previstos no PAM ajustado. Relativamente aos compromissos assumidos de exercício futuros, é apresentado o montante de € 98.614.213, sendo este valor significativamente superior à dívida total do município registada a 31 de dezembro de 2017.

**QUADRO 6 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Compromissos assumidos**

	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos – Exercício	Compromissos Assumidos – Exercícios Futuros	Despesas Pagas
<b>Total</b>	<b>36.266.940,47 €</b>	<b>35.875.195,34 €</b>	<b>98.614.213,29 €</b>	<b>26.560.276,87 €</b>
⊕ 01 - Despesas com o pessoal	7.699.983,87 €	7.686.002,90 €	0,00 €	7.405.625,04 €
⊕ 02 - Aquisição de bens e serviços	12.021.334,94 €	11.772.995,65 €	10.809.896,83 €	7.749.228,38 €
⊕ 03 - Juros e outros encargos	3.314.511,89 €	3.306.208,22 €	17.427.582,25 €	2.545.217,08 €
⊕ 04 - Transferências correntes	4.500.086,60 €	4.435.364,10 €	830.669,74 €	3.426.050,86 €
⊕ 05 - Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
⊕ 06 - Outras despesas correntes	575.634,07 €	571.775,75 €	320.093,32 €	485.835,67 €
⊕ 07 - Aquisição de bens de capital	2.259.930,65 €	2.222.267,67 €	190.325,41 €	715.803,67 €
⊕ 08 - Transferências de capital	60.877,30 €	60.877,30 €	301.333,33 €	60.316,70 €
⊕ 09 - Activos financeiro	116.744,00 €	116.744,00 €	466.972,00 €	58.371,00 €
⊕ 10 - Passivos financeiros	4.081.963,14 €	4.070.624,89 €	68.267.340,41 €	2.481.493,61 €
⊕ 11 - Outras despesas de capital	1.635.874,01 €	1.632.334,86 €	0,00 €	1.632.334,86 €



## II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM

### 2.1. Despesa do 4.º trimestre

QUADRO 7 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa do 4.º trimestre

	2017			
	PAM	Execução	Desvio Execução-PAM	Grau de Execução
<b>Total</b>	<b>12.061.968,76 €</b>	<b>7.176.702,50 €</b>	<b>-4.885.266,26 €</b>	<b>-40,5%</b>
⊕ 01 - Despesas com o pessoal	1.861.232,88 €	2.024.642,67 €	163.409,79 €	8,8%
⊕ 02 - Aquisição de bens e serviços	3.543.101,16 €	1.458.161,51 €	-2.084.939,65 €	-58,8%
⊕ 03 - Juros e outros encargos	1.468.052,79 €	535.697,24 €	-932.355,55 €	-63,5%
⊕ 04 - Transferências correntes	1.445.113,66 €	356.329,14 €	-1.088.784,52 €	-75,3%
⊕ 05 - Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 06 - Outras despesas correntes	300.473,55 €	92.141,90 €	-208.331,65 €	-69,3%
⊕ 07 - Aquisição de bens de capital	246.761,97 €	190.059,77 €	-56.702,20 €	-23,0%
⊕ 08 - Transferências de capital	26.242,62 €	16.069,55 €	-10.173,07 €	-38,8%
⊕ 09 - Activos financeiro	58.372,00 €	0,00 €	-58.372,00 €	-100,0%
⊕ 10 - Passivos financeiros	1.684.571,27 €	1.075.553,86 €	-609.017,41 €	-36,2%
⊕ 11 - Outras despesas de capital	1.428.046,86 €	1.428.046,86 €	0,00 €	0,0%

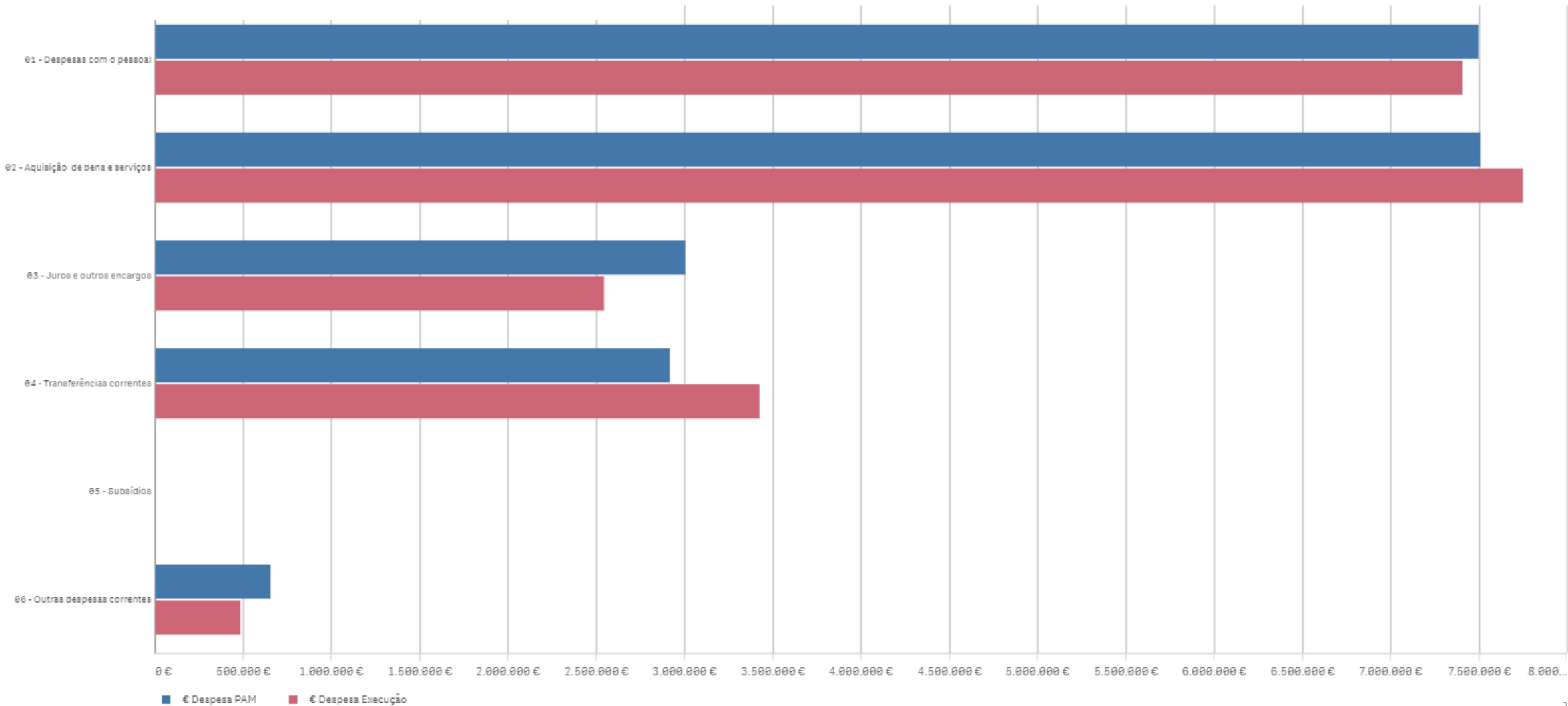
## II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM

### 2.2. Despesa acumulada até ao 4.º trimestre

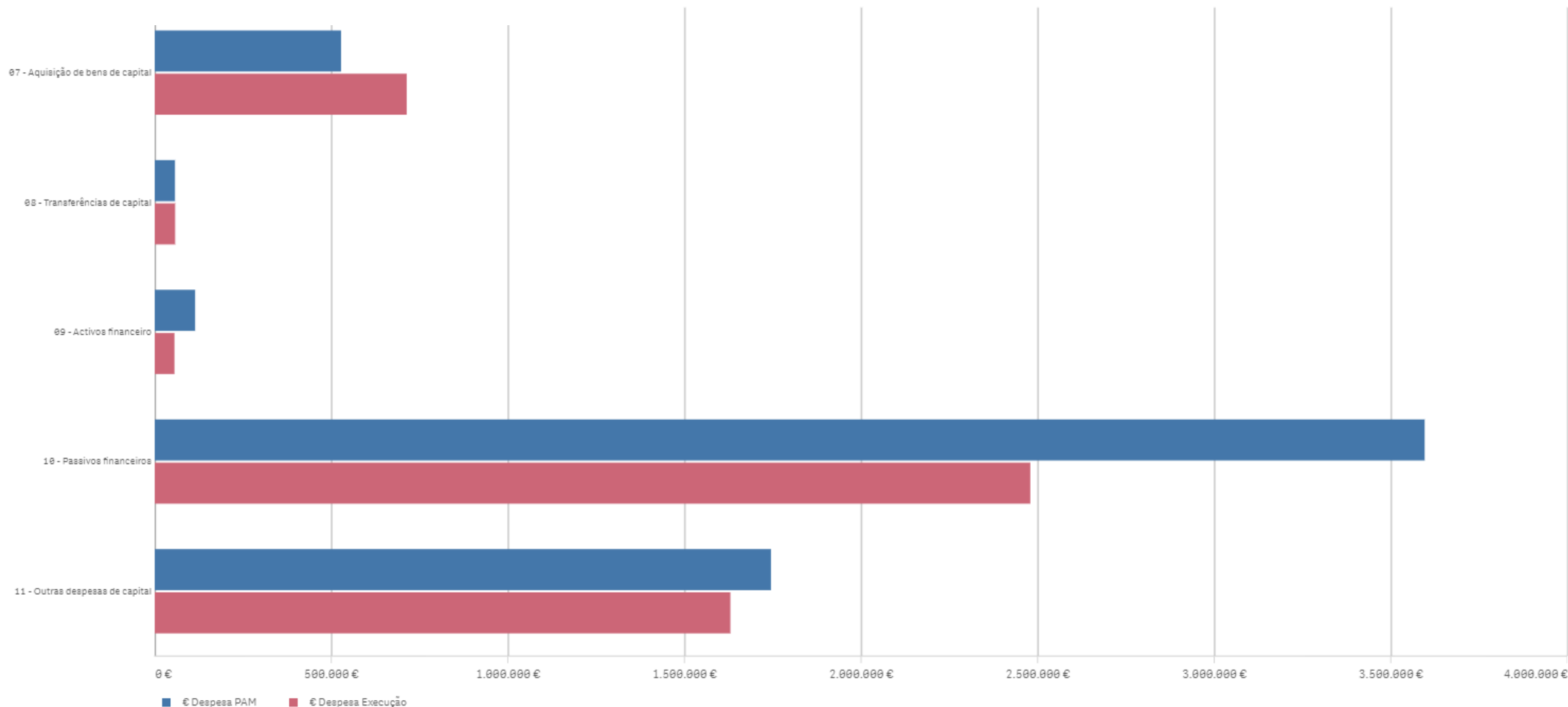
QUADRO 8 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa acumulada até ao 4.º trimestre

	⊕ 2017			
	PAM	Execução	Desvio Execução-PAM	Grau de Execução
<b>Total</b>	<b>27.635.355,49 €</b>	<b>26.560.276,87 €</b>	<b>-1.075.078,62 €</b>	<b>-3,9%</b>
⊕ 01 - Despesas com o pessoal	7.497.512,41 €	7.405.625,04 €	-91.887,37 €	-1,2%
⊕ 02 - Aquisição de bens e serviços	7.507.512,63 €	7.749.228,38 €	241.715,75 €	3,2%
⊕ 03 - Juros e outros encargos	3.005.204,15 €	2.545.217,08 €	-459.987,07 €	-15,3%
⊕ 04 - Transferências correntes	2.917.407,34 €	3.426.050,86 €	508.643,52 €	17,4%
⊕ 05 - Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 06 - Outras despesas correntes	655.730,07 €	485.835,67 €	-169.894,40 €	-25,9%
⊕ 07 - Aquisição de bens de capital	530.052,05 €	715.803,67 €	185.751,62 €	35,0%
⊕ 08 - Transferências de capital	59.877,24 €	60.316,70 €	439,46 €	0,7%
⊕ 09 - Activos financeiro	116.743,00 €	58.371,00 €	-58.372,00 €	-50,0%
⊕ 10 - Passivos financeiros	3.598.069,74 €	2.481.493,61 €	-1.116.576,13 €	-31,0%
⊕ 11 - Outras despesas de capital	1.747.246,86 €	1.632.334,86 €	-114.912,00 €	-6,6%

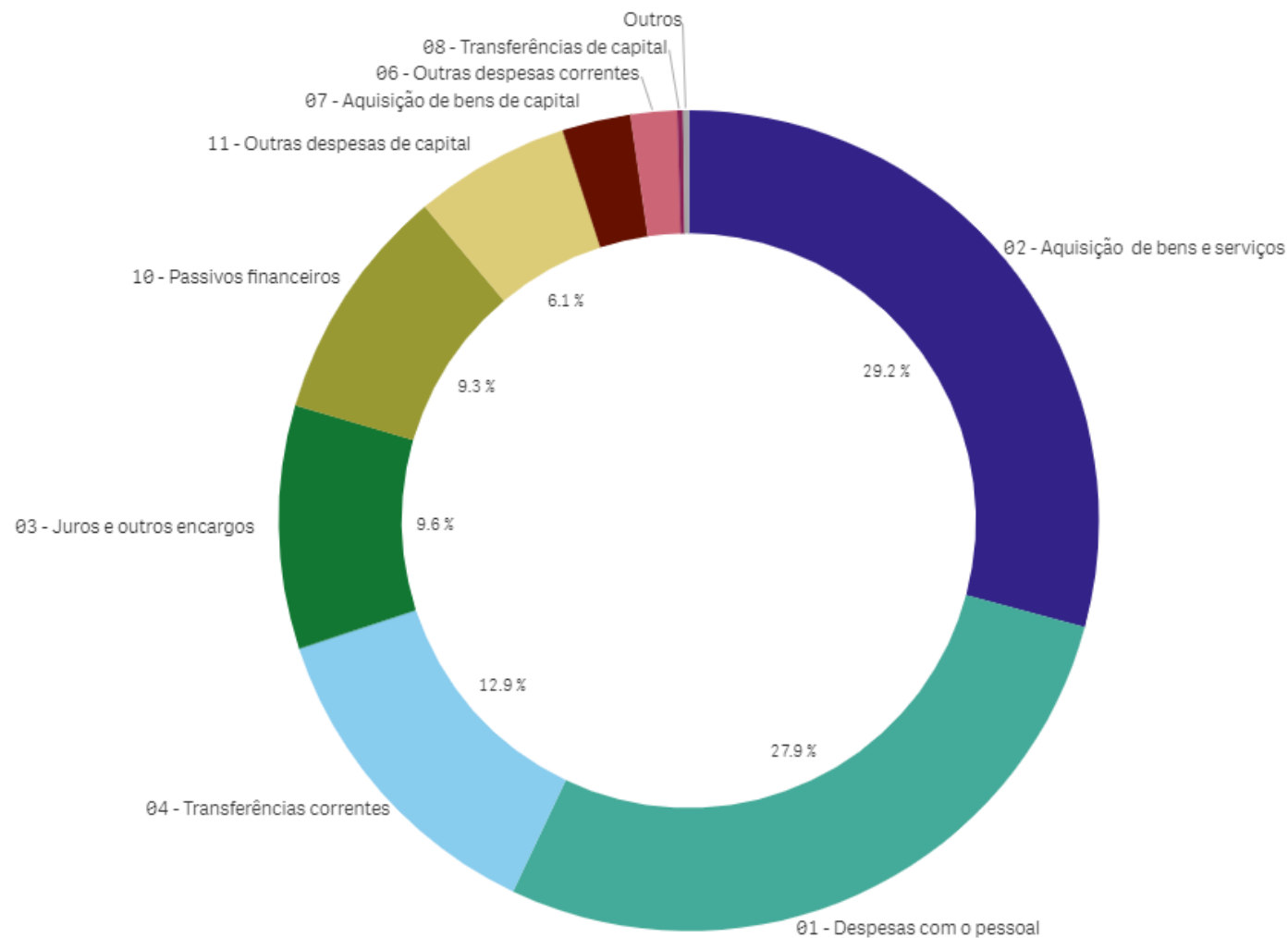
**GRÁFICO 4 – Comparação entre a execução da Despesa Corrente e o PAM**



**GRÁFICO 5 – Comparação entre a execução da Despesa de Capital e o PAM**

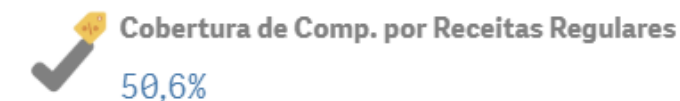


**GRÁFICO 6 – Estrutura da Despesa**



## II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM

### Indicadores Mistos e de Saldos (variação face ao PAM)



## II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução prevista no PAM

### 3. Saldos

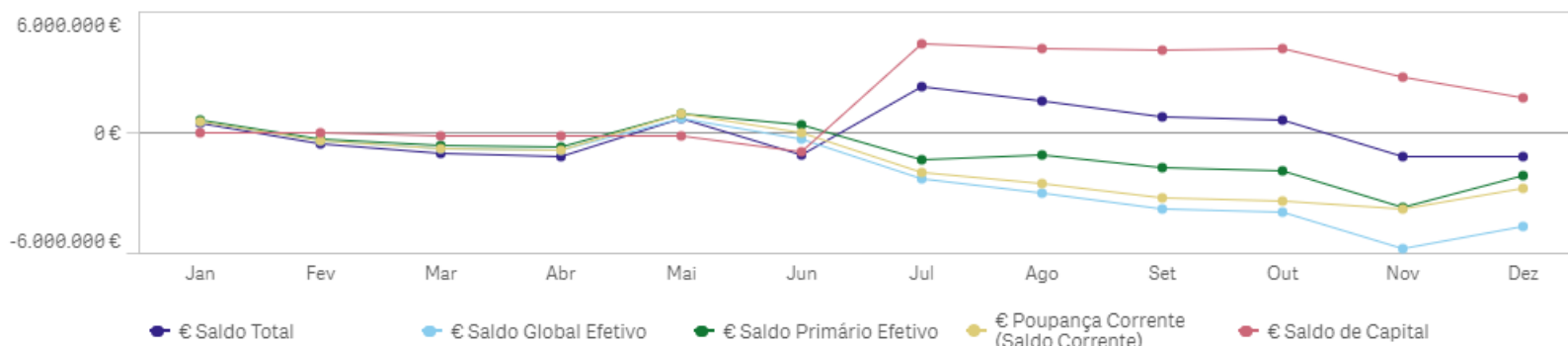
Na perspetiva do FAM, os municípios aderentes aos PAM devem gerar excedentes orçamentais, tendo em vista a redução gradual do rácio da dívida total para que esta se venha a situar abaixo do limite legalmente previsto. Este indicador, no atual enquadramento, é considerado como crítico, em termos da análise da sustentabilidade das finanças autárquicas, sendo que esta só se poderá avaliar numa perspetiva dinâmica e não meramente estática.

**Os saldos apurados, no 4.º trimestre do corrente ano, apresentam no seu conjunto (saldo total) um valor negativo, no montante de € 1.287.124, correspondendo a uma variação de € 4.318.727, abaixo do previsto no PAM ajustado.**

**O saldo global efetivo apresenta um desvio negativo, face ao PAM ajustado, de € 5.493.675. O saldo corrente apresenta também um valor negativo, em cerca de € 2.886.555, correspondendo a uma variação negativa de € 1.694.242, face ao previsto no PAM ajustado.**

O saldo de capital apresenta um desvio também negativo de € 2.624.485, face ao previsto no PAM ajustado. O equilíbrio orçamental calculado, é também negativo, em cerca de 29,2%, face à receita corrente, **não sendo verificada uma tendência de subida do indicador no futuro conforme previsto.**

GRÁFICO 7 – Evolução dos Saldos



### III. Análise Patrimonial do Município acumulada até ao 4.º trimestre de 2017

#### 1. Balancete de Dezembro de 2017 (resumo)

Relativamente ao balancete do Município a 31 de Dezembro de 2017, importa referir o seguinte:

- a) O Município apresenta no orçamento para 2017, na conta de controlo orçamental e de ordem receita e despesa no montante de € 36.195.342 e no orçamento para exercícios futuros e respetivos compromissos o montante de € 98.614.213;

De referir ainda que, no exercício de 2017, na conta de compromissos de € 35.875.195, o montante de dotação cabimentada e não comprometida de € 236.786 e uma dotação disponível de € 83.360;

- b) Na conta de disponibilidades, o Município detém, em saldo devedor, o montante de € 786.336, estando o montante de € 11.072 em caixa e o restante em depósitos em instituições financeiras;

- c) Na conta referente a terceiros, o Município apresenta um saldo credor de € 89.212.779, correspondendo maioritariamente a dívidas a fornecedores, Estado e outros entes públicos, empréstimos obtidos, acréscimos e deferimentos e provisões. No que se refere a acréscimos e deferimentos, o valor registado de € 19.384.644, corresponde a proveitos diferidos, relativos a subsídios para investimento, a custos diferidos e a acréscimos de custos. O Município apresenta ainda um saldo credor, na conta de provisões, de € 5.469.924, relativos, maioritariamente, a passivos contingentes registados e identificados no contrato PAM;

- d) Na conta de existências, verifica-se um saldo devedor de € 221.909, relativo a matérias primas, subsidiárias e de consumo;

- e) Na conta do imobilizado, o Município apresenta um saldo devedor de € 175.061.862, resultando em grande parte das imobilizações corpóreas e incorpóreas, investimentos financeiros e bens de domínio público. As amortizações acumuladas apresentam o montante de € 34.978.280;

- f) Relativamente ao fundo patrimonial o Município apresenta um saldo credor de € 95.567.627;



### III. Análise Patrimonial do Município acumulada até ao 4.º trimestre de 2017

#### 1. Balancete de Dezembro de 2017 (resumo)

g) Os custos e perdas apresentam um valor de € 31.427.435, destacando-se os custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações do exercício, transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, provisões do exercício, custos e perdas financeiros e custos e perdas extraordinários, totalizando o montante de € 31.107.030;

h) No que diz respeito aos proveitos e ganhos, verifica-se um saldo credor de € 22.717.137, destacando-se os proveitos com impostos e taxas, vendas e prestação de serviços, estudos, projetos e assistência tecnológica, proveitos e ganhos financeiros e proveitos e ganhos extraordinários, totalizando o montante de € 21.466.298.

No Anexo II, é apresentado o balancete desagregado a 31 de Dezembro de 2017

#### QUADRO 9 – Análise Patrimonial do Município – Balancete de Dezembro de 2017 (resumo)

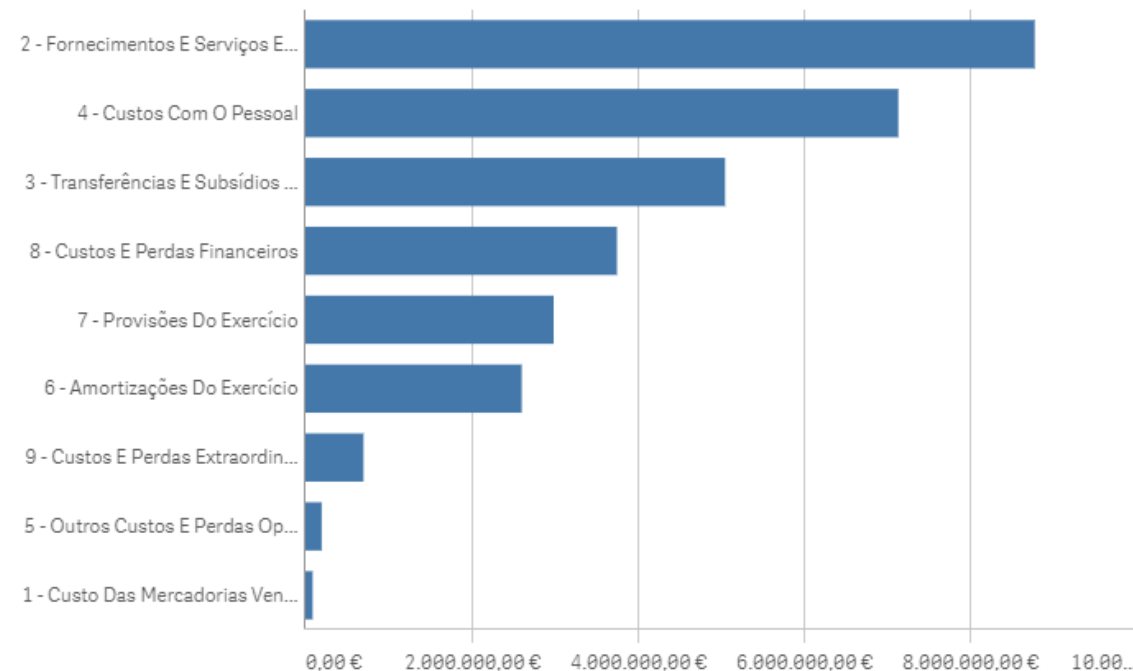
	€ Valor a Débito Anterior	€ Valor a Crédito Anterior	€ Valor a Débito do Período	€ Valor a Crédito do Período	€ Valor Total a Débito	€ Valor Total a Crédito	€ Saldo Devedor	€ Saldo Credor
<b>Total</b>	<b>1.099.327.169,20 €</b>	<b>1.099.327.169,20 €</b>	<b>117.867.987,56 €</b>	<b>117.867.987,56 €</b>	<b>1.217.195.156,76 €</b>	<b>1.217.195.156,76 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
⊕ 0 - Contas Do Controlo Orçamental E De Ordem	567.216.471,74 €	567.216.471,74 €	55.945.127,58 €	55.945.127,58 €	623.161.599,32 €	623.161.599,32 €	0,00 €	0,00 €
⊕ 1 - Disponibilidades	75.567.850,51 €	74.447.229,27 €	10.451.154,69 €	10.785.439,11 €	86.019.005,20 €	85.232.668,38 €	786.336,82 €	0,00 €
⊕ 2 - Terceiros	130.669.583,82 €	223.734.464,29 €	29.674.804,74 €	25.822.702,79 €	160.344.388,56 €	249.557.167,08 €	0,00 €	89.212.778,52 €
⊕ 3 - Existências	434.355,77 €	193.011,04 €	2.521,07 €	21.956,72 €	436.876,84 €	214.967,76 €	221.909,08 €	0,00 €
⊕ 4 - Imobilizações	213.409.807,89 €	34.253.388,42 €	516.702,95 €	4.611.260,76 €	213.926.510,84 €	38.864.649,18 €	175.061.861,66 €	0,00 €
⊕ 5 - Fundo Patrimonial	89.593.200,67 €	178.053.674,68 €	272.555,71 €	7.379.708,92 €	89.865.756,38 €	185.433.383,60 €	0,00 €	95.567.627,22 €
⊕ 6 - Custos E Perdas	19.877.971,67 €	310.712,39 €	13.328.733,28 €	1.468.557,32 €	33.206.704,95 €	1.779.269,71 €	31.427.435,24 €	0,00 €
⊕ 7 - Proveitos E Ganhos	283.050,24 €	18.843.340,48 €	7.676.387,54 €	11.833.234,36 €	7.959.437,78 €	30.676.574,84 €	0,00 €	22.717.137,06 €
⊕ 8 - Resultados	2.274.876,89 €	2.274.876,89 €	0,00 €	0,00 €	2.274.876,89 €	2.274.876,89 €	0,00 €	0,00 €

### III. Análise Patrimonial do Município acumulada até ao 4.º trimestre de 2017



	Entregue
Ativo Líquido Total	197.102.568,94 €
Ativo Fixo	175.061.861,66 €
Ativo Fixo - Domínio Público	52.613.878,30 €
Ativo Fixo - Partes de Capital	45.578.050,46 €
Ativo Circulante	14.836.619,56 €
Ativo Circulante - Disponibilidades	786.336,82 €
Ativo Circulante - Acréscimos e Diferimentos	7.204.087,72 €
Fundos Próprios	95.567.627,22 €
Resultados Transitados	-57.560.298,55 €
Resultado Líquido do Exercício	0,00 €
Passivo	37.729.745,21 €
Provisões	2.032.942,99 €
Dívidas a Terceiros	11.141.013,63 €
Acréscimos e Diferimentos	26.588.731,58 €

#### Principais custos



### III. Análise Patrimonial do Município acumulada até ao 4.º trimestre de 2017

#### 2. Indicadores Patrimoniais

No que respeita aos indicadores patrimoniais, verifica-se que o rácio de solvabilidade é de 246,2%, pelo que o passivo existente encontra-se coberto pelos fundos próprios.

O rácio de autonomia financeira, situa-se nos 48,5%, pelo que o Município tem uma limitação condicionada, na medida em que o ativo é suportado, apenas, em cerca de metade pelos fundos próprios.

Relativamente aos resultados de 2017, o Município evidencia no apuramento da conta de gerência, que o mesmo é negativo em € 8.710.298, sendo que os resultados transitados apresentam um valor negativo, no montante de € 57.560.299.

Analisando os custos do Município, durante o exercício, constata-se que o fornecimento de bens e serviços externos tem o valor mais elevado, acima dos € 8M. Os custos com o pessoal apresenta cerca de € 6,7 M.

As transferências correntes apresentam valores acima dos € 4,5 M.

Os custos e perdas financeiras apresentam também valores elevados, perto de € 4,0 M.

As amortizações e as provisões o exercício Apresentam montantes superiores a € 2,0 M.

#### IV. Análise do Endividamento do Município acumulada até ao 4.º trimestre de 2017


**Dívida Total Relevante**  
**76.926.598 €**



**Dívida Financeira e não Financeira**  
**76.131.892 €**


**Limite da Dívida Total**  
**30.348.919 €**


**Rácio da Dívida Total**  
**376,3%**


**Dívida Financeira**  
**65.253.294 €**


**Média da receita corrente cobrada líquida**  
**20.232.613 €**


**Variação de PMP (dias)**  
**302-392**  
 dias (CY)


**Dívida não Financeira**  
**10.878.597 €**


**Encargo da Dívida**  
**20,9%**


**Amortizações**  
**2.481.494 €** <sup>-31,0%</sup>  
 % Var. Amortizações

## IV. Análise do Endividamento do Município acumulada até ao 4.º trimestre de 2017

### 1. Endividamento

Quanto ao apuramento dos indicadores da dívida total do Município, estes são calculados com base nos dados da prestação de contas do último exercício, sendo que o valor disponível da dívida total relevante, apesar de provisório, é reportado a 31 de Dezembro de 2017, no montante de € 76.926.598, resultando do disposto na Lei.

O limite da dívida total e a média da receita corrente cobrada líquida, apurados a 31 de Dezembro de 2017, são de € 30.348.919 e € 20.232.613, respetivamente.

**O rácio da dívida total do município situa-se em 376,3%, com uma tendência de aumento, na medida em que a dívida financeira e não financeira se encontra em valores superiores aos verificados no início do exercício.**

Relativamente ao prazo médio de pagamentos a fornecedores houve uma variação negativa (aumento de dias de PMP) em 302 dias, face ao trimestre anterior, tendo sido detetadas pelo FAM incongruências nos reportes dos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2017, face ao valor reportado no período de referência. Relativamente a esta matéria, o Município reconheceu erros de reporte no SIIAL, tendo solicitado à DGAL indicações sobre a sua correção. Por sua vez, o FAM comunicou a DGAL, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, as referidas incongruências.

O valor das amortizações registadas, apresenta uma variação positiva (decrécimo de despesa) de cerca de 31,0%.

Os encargos com a dívida apresentam, um rácio de cerca de 20,9%, sendo espectável que o montante seja superior no próximo ano, na medida em que o Município iniciará as amortização referentes ao Contrato de Empréstimo e Assistência Financeira.

## V. Conclusões

Após a análise detalhada, no que se refere ao cumprimento das **medidas contratualizadas no PAM**, referentes ao equilíbrio orçamental, conclui-se que:

1. As medidas previstas quanto à execução da receita foram, na sua generalidade, parcialmente cumpridas. No entanto, a cobrança de receita efetiva ficou aquém do que era esperado, em cerca de 21,9%.

2. Do lado da despesa, as medidas não foram cumpridas na generalidade, destacando-se as medidas de racionalização de aquisição de serviços, contenção de despesa nos encargos variáveis ou eventuais com o pessoal, faseamento de despesa de investimento, na renegociação de contratos de arrendamento e aluguer, racionalização de consumos intermédios e na redução de transferências para instituições sem fins lucrativos.

Não foi verificada a implementação das medidas de correção identificadas no relatório do 4.º trimestre de 2016, por quanto o Município apenas apresentou o presente relatório, referente ao exercício de 2017, em maio de 2018.

3. Sobre o Plano de Reestruturação da Dívida (PRD), as medidas previstas foram totalmente cumpridas, na medida em que as verbas transferidas pelo FAM foram integralmente utilizadas no pagamento a dívidas constantes no anexo A ao Contrato de Empréstimo e de Assistência Financeira e no pagamento de dívidas referentes a passivos contingentes, relativos a processos transitados em julgado, tendo sido apurado um saldo de execução de € 18.586,33.

No que se refere à Análise da Execução Orçamental, acumulada até ao 4.º trimestre de 2017, face à previsão de execução inscrita no PAM, **a receita total apresenta um desvio negativo, de cerca de 17,6% e a despesa total um desvio positivo, de cerca de 3,9%.**

**A execução orçamental acumulada, das rubricas referentes a rendimentos de propriedade, transferências correntes, venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes e venda de bens de investimento, apresentam desvios significativamente negativos** de 49,1% (€ 220,5 m), 8,1% (€ 286,6 m), 40,9% (€ 2,1 M), 94,5% (€ 288,6 m) e 99,9% (€ 3,8 M), respetivamente.

## V. Conclusões (Continuação)

Do lado da despesa, apesar de se verificar uma contração em algumas rubricas, as rubricas de "Aquisição de bens e serviços", "Transferências correntes" e "Aquisição de bens de capital" apresentam desvios negativos (acréscimo de despesa) em cerca de 3,2% (€ 241,7 m), 17,4% (€ 508,6 m) e 35,0% (€ 185,8 m), respetivamente. No que se refere à execução, menor do que o previsto em PAM, na rubrica de "Passivos financeiros", tal deveu-se ao facto de ainda decorrer o período de carência de capital, referente ao Contrato de Empréstimo e de Assistência Financeira.

O saldo global efetivo apresenta um desvio negativo de € 5.493.675, face ao PAM. O saldo corrente apresenta um valor negativo de € 2.886.555, correspondendo a uma variação negativa de € 1.694.242, face ao previsto no PAM. **A evolução negativa dos saldos orçamentais, nomeadamente do saldo total e saldo primário efetivo, face às previsões em período de ajustamento, espelham uma execução negativa face ao previsto no PAM.**

Nesta perspetiva, coloca-se à Direção Executiva do FAM o desafio de encontrar uma solução, em conjunto com o Município, que o habilite a executar uma trajetória de recuperação financeira que permita a médio prazo sair da atual situação de rutura financeira.

Como tal, entende-se que face ao comportamento evidenciado pelo Município, não ser viável continuar a prestar a assistência financeira contratualizada, sem que previamente o Município assuma a correção adequada da sua forma de funcionamento. Assim, desde já, suspende-se a transferência de novas prestações até que sejam cumpridas as seguintes medidas, a seguir identificadas, dando-se um prazo de 60 dias para a efetivação dessas correções.

Quanto à proposta de Revisão do PAM, já apresentada pelo Município, a mesma só poderá vir a ser equacionada num cenário em que o Município demonstre, previamente, que se encontra a desenvolver um conjunto de medidas adicionais, que deverão incidir essencialmente nas seguintes áreas:

### 1. Gestão:

#### 1.1. O Município nomeia um gestor do PAM

O Gestor do PAM, a nomear pelo Executivo camarário, será o responsável pela aplicação interna das medidas e pelo reporte direto ao FAM.

## V. Conclusões (Continuação)

O Gestor do PAM será o principal elo de ligação entre o FAM e os serviços do Município, cabendo-lhe zelar para que sejam desenvolvidas internamente as iniciativas necessárias ao cumprimento integral e atempado das medidas e dos objetivos elencados no PAM. Caberá igualmente ao Gestor do PAM fazer o reporte da execução do PAM, através de pontos de situação mensais, assinados por si e homologados pela Presidente de Câmara, de reporte semanal dos compromissos assumidos e de Relatórios de Monitorização trimestral aprovados pelo Executivo camarário.

### 1.2. Modificação do circuito da despesa

O Município deverá apresentar, no prazo de 15 dia, após a tomada de conhecimento do presente Relatório, um circuito de despesa compatível com a aplicação da legislação em vigor, nomeadamente com o POCAL e com a LCPA.

### 2. Reestruturação orçamental de emergência

Tendo em vista o cumprimento das medidas previstas no PAM, bem como assegurar a prestação de serviços essenciais à população, o município deverá promover no prazo de 60 dias, a contar da tomada de conhecimento do presente Relatório, um **reequilíbrio orçamental extraordinário**, que passe, entre outras, pelas seguintes medidas, por forma a colmatar os incumprimentos verificados no trimestre em análise:

- a) Redução de 50% das transferências assumidas e pagas a associações e instituições locais ligadas às áreas da ação social, desporto, educação e cultura (face a igual período do ano anterior);
- b) Redução de 30% das despesas assumidas e pagas com a aquisição de bens e serviços (face a igual período do ano anterior);
- c) Terminar integralmente com a assunção de despesas discricionárias e sem o necessário enquadramento legal;
- d) Redução em 70% das despesas com o aluguer de autocarros (face a igual período do ano anterior);
- e) Redução em 50% das despesas com eventos (face a igual período do ano anterior);
- f) Diminuição de horas extra e ajudas de custo em 50% (face a igual período do ano anterior);
- g) Deliberar sobre a aplicação imediata da taxa turística.



## V. Conclusões (Continuação)

### 3. Medidas de Reestruturação e de Assistência Financeira

A eventual revisão excecional do PAM de Vila Real de Santo António poderá ser ponderada pela Direção Executiva do FAM, tendo em consideração que por um lado o Município não tem conseguido cumprir com as medidas que assumiu e por outro, a forma de funcionamento interno que tem vindo a ser conhecida por via do processo de monitorização do PAM, requerem medidas estruturais de reformulação de hábitos e procedimentos sem as quais será impraticável levar a cabo qualquer recuperação financeira.

Neste sentido, o Município deverá apresentar ao FAM, após o cumprimento das medidas identificadas nos pontos anteriores, uma proposta de revisão extraordinária do PAM, que preveja, um conjunto de medidas demonstrativas do compromisso dos órgãos municipais em encetar um processo de recuperação financeira que, face aos desenvolvimentos recentes terá que ser mobilizador de todos os agentes envolvidos no universo municipal.

#### 3.1. Medidas de Reequilíbrio Orçamental

Para além de todas as medidas previstas no PAM em vigor, incluindo as medidas de emergência determinadas pela Direção Executiva do FAM, a revisão do PAM deverá considerar, impreterivelmente, as seguintes medidas:;

**a. Aumento do prazo do PAM para 30 anos**

**b. Redução anual da dívida face ao ano anterior**

**c. Aumento de 10% na cobrança de receitas com taxas e impostos**, por via da intensificação das ações de fiscalização de licenciamento (urbanismo, atividades económicas, etc...)

**d. Centralização de compras**

O Município deverá apresentar, no prazo de 3 meses, após a entrada em vigor da revisão do PAM, um plano de centralização das aquisições de bens e serviços, a aplicar, o mais tardar no início de 2019. Este plano deverá contemplar a agregação de necessidades de todas as unidades orgânicas integrantes da estrutura do Município, nomeadamente nas áreas dos combustíveis, comunicações, economato, mobiliário, equipamentos e consumíveis informáticos e de cópia, matérias-primas e transportes, identificando históricos de consumo dos 3 últimos anos.

## V. Conclusões (Continuação)

### e. Contabilidade de custos

O Município deverá apresentar, até ao final de 2018, um plano de implementação de um sistema de contabilidade de custosfiável, que permita efetivamente apurar semestralmente os principais centros de custos das diversas áreas de despesa do município, nomeadamente ao nível de consumos de energia, água, frota automóvel, mão-de-obra direta, comunicações e eventos.

### 3.2. Medidas Estratégicas:

Para que o Município venha a assumir uma clara trajetória de recuperação financeira, terá que tomar, no curto prazo, um conjunto de medidas estratégicas que permitam inverter a sua situação de desequilíbrio estrutural. Para tal, o Município deverá concretizar um conjunto de projetos que possam assegurar receitas avultadas, no curto prazo, por forma a permitir terminar o estrangulamento provocado pela dívida excessiva, que assegurem um nível estável de receitas no médio e longo prazo e que permitam controlar os principais focos de despesa.

#### a. Venda do Parque Campismo

O Município deverá apresentar, no prazo de 3 meses, uma avaliação do imóvel e um caderno de encargos para a alienação até ao final de 2019, do Parque de Campismo Municipal.

#### b. Concessão das Águas

O Município deverá fazer uma reavaliação rigorosa e exaustiva do processo, no prazo máximo de 3 meses, por forma a poder deliberar sobre a continuação do mesmo ou sobre a sua anulação e/ou abertura com recurso a outro modelo.

#### c. Liquidação ou viabilidade económico-financeira da SGU, EM

O Município deverá apresentar até ao final de 2018, um estudo de avaliação da atividade da SGU, EM, onde sejam identificados os impactos financeiros previstos para os próximos anos.

## V. Conclusões (Continuação)

Este estudo deverá avaliar os cenários de liquidação e de continuação da atividade da empresa, tendo em consideração as seguintes medidas:

- Renegociação da dívida relativa ao fornecimento de água
- Concessão da distribuição de água em baixa
- Exploração dos equipamentos municipais
- Cumprimento/renegociação dos empréstimos bancários

### 3.3. Medidas de enquadramento legal

- a. Aplicação integral do Código dos Contratos Públicos;
- b. Aplicação integral da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;
- c. Atualização de regulamentos internos:
  - Controlo Interno
  - Fundo de Maneio
  - Prevenção da corrupção
  - Transferências para clubes, associações, etc...

## 4. PRD

- a. Apresentação de um plano de reestruturação da dívida financeira à Banca comercial através da cobertura por garantias autónomas (substituição das garantias já emitidas);
- b. Renegociação da dívida comercial com os restantes credores;

## V. Conclusões (Continuação)

### 5. Assistência financeira a prestar pelo FAM

- a. Reestruturação dívida financeira junto da banca comercial (com possibilidade de prestação de garantias pelo FAM);
- b. Possibilidade de ser considerada na assistência financeira a dívida financeira atual (devidamente registada) incluindo a amortização do PAEL;
- c. Prazo de 30 anos sem período de carência inicial.

## VI. Proposta

Face ao exposto, a Direção Executiva do FAM ao elaborar o presente relatório, **referente ao cumprimento das obrigações decorrentes do PAM do Município de Vila Real de Santo António, considera que as mesmas não foram cumpridas de forma positiva, devendo o Município, tomar as medidas excecionais identificadas nos pontos 1 e 2 das Conclusões, pelo que a libertação da 3.ª e última prestação**, no montante de € 2.521.693,40, relativa ao Contrato de Empréstimo e de Assistência Financeira em vigor, **fica condicionada ao cumprimento das mesmas.**

Após comprovação do cumprimento das medidas acima referidas, o Município poderá apresentar uma proposta de revisão do PAM contendo, no mínimo, as medidas identificadas nos pontos 3 a 5 das conclusões deste relatório.

**Caso o Município venha a manter o incumprimento das medidas excecionais identificadas no presente relatório, deverão ser acionados os procedimentos previstos no art.º 49.º da Lei do FAM.**

Lisboa, 18 de maio de 2018,

A Direção Executiva,

## Glossário de termos das finanças públicas

**Ajustamento orçamental:** Um ajustamento orçamental é um processo de redução do défice orçamental das Administrações Públicas, medido em termos estruturais, por via de medidas discricionárias de política orçamental. O ajustamento orçamental corresponde à correção efetuada ao saldo estrutural primário.

**Amortização ou reembolso da dívida pública:** A amortização ou reembolso da dívida pública corresponde ao pagamento do capital em dívida. A amortização pode ser total, se todo o capital em dívida for reembolsado, ou parcial, se apenas parte do capital em dívida for pago.

**Ativos financeiros:** Os ativos financeiros representam benefícios ou uma série de benefícios futuros para os seus detentores, que se concretizam através de meios de pagamento. Os ativos financeiros compreendem os meios de pagamento, créditos financeiros e ativos económicos que, pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. No lado da receita os ativos financeiros correspondem operações de venda e amortização de crédito, designadamente de obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos. No lado da despesa correspondem a operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis.

**Derrama municipal:** A derrama municipal incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), correspondendo à proporção do rendimento gerado na área geográfica de cada município por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

**Despesas com pessoal:** Ver: Remunerações dos empregados

**Despesa corrente:** As despesas correntes correspondem a um dos subagregados da despesa pública refletindo genericamente os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas. Na ótica de contas nacionais, a despesa corrente é composta por despesas com pessoal, consumo intermédio, prestações sociais, subsídios, juros e outra despesa corrente.

**Despesa corrente primária:** A despesa corrente primária corresponde à despesa corrente antes de juros.

**Despesa de capital:** A despesa de capital compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento: formação bruta de capital e aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos. Em contabilidade pública o conceito de despesa de capital inclui ainda as aquisições de ativos e passivos financeiros.

**Despesa efetiva [conceito de contabilidade pública]:** O conceito de despesa efetiva, utilizado na ótica da contabilidade pública, corresponde às despesas que alteram definitivamente o património financeiro líquido, ou seja à soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, de natureza corrente e de capital, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”. No caso do subsector Estado, é também excluída a transferência de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública.

**Despesa primária:** A despesa primária é a despesa antes de juros. Em contabilidade pública trata-se da despesa efetiva antes de juros e outros encargos da dívida.

## Glossário de termos das finanças públicas

**Despesa total [conceito de contabilidade pública]:** Na ótica da contabilidade pública a “despesa total” ou “despesa orçamental” compreende todos os gastos que assumam expressão orçamental. Neste âmbito identifica-se toda e qualquer transação com ativos e passivos financeiros (despesa não efetiva), bem como todas as outras transações relacionadas com a aquisição de bens e serviços, juros, subsídios, prestações sociais, remunerações, investimentos (despesa efetiva).

**Dívida não financeira:** A dívida não financeira corresponde à dívida de natureza comercial e administrativa, integrada no passivo, em virtude de já se encontrar vencida ou porque deva ser liquidada até doze meses após a data do balanço.

**Dívida total [municipal]:** A dívida total de operações orçamentais dos municípios engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, assumidas por iniciativa dos próprios municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos.

**Dotação corrigida:** A dotação corrigida corresponde aos recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais (reforços e/ou anulações) que entretanto tenham ocorrido.

**Encargos da dívida [conceito de contabilidade pública]:** Os encargos da dívida incluem os juros, comissões e outros encargos relacionados com o serviço da dívida.

**Esforço orçamental:** O esforço orçamental corresponde à melhoria (ou correção) do saldo estrutural.

**Execução orçamental:** A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento de despesas previstas no Orçamento do Estado.

**Grau de execução:** Indicador, expresso em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão (ou dotação corrigida) abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento aprovado ou alterado.

**Limite da dívida total [municípios]:** O limite da dívida total diz respeito ao limite definido no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece que a dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo a das entidades do sector empresarial local, não pode ultrapassar, no final de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

**Receita efetiva [conceito de contabilidade pública]:** A receita efetiva corresponde às receitas que alteram definitivamente o património financeiro líquido. No caso do subsector Estado, corresponde à soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”; nos restantes subsectores exclui-se também os “saldos da gerência anterior”.

**Receita fiscal:** A receita fiscal corresponde ao total das prestações pecuniárias de natureza corrente, definitivas, com carácter coercivo e unilateral, de que são beneficiários o Estado, uma Autarquia Local ou outro ente público. Constituem exemplos as receitas obtidas dos impostos sobre o rendimento, dos impostos sobre os bens e serviços, sobre o património e outros impostos.

**Receita fiscal municipal:** A receita fiscal municipal é a receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais que contemplam, nomeadamente, as receitas provenientes do IMI, IMT, derrama municipal, imposto único de circulação e demais impostos entretanto extintos, mas cuja cobrança não tenha sido efetuada na altura da liquidação.

**Receita própria:** A receita própria são cobranças efetuadas pelos serviços ou organismos, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos. Constituem exemplos as taxas moderadoras, propinas, taxas de justiça e emolumentos.

## Glossário de termos das finanças públicas

**Recuperação financeira municipal:** A situação de recuperação financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total (ver “Limite da Dívida Total”) do município seja superior a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

**Remunerações dos empregados:** As remunerações dos empregados definem-se como o total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos empregados como retribuição pelo trabalho prestado por estes últimos no período de referência. As remunerações dos empregados subdividem-se em: a) ordenados e salários; ordenados e salários em dinheiro; ordenados e salários em espécie; b) contribuições sociais dos empregadores podendo estas ser efetivas ou imputadas. Outra designação comum é “despesas com pessoal”.

**Reposições abatidas nos pagamentos:** As reposições abatidas nos pagamentos correspondem a uma dedução à despesa de pagamentos orçamentais indevidos, quando ocorridos no próprio ano.

**Reposições não abatidas nos pagamentos [conceito de contabilidade pública]:** As reposições não abatidas nos pagamentos correspondem a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo referentes a pagamentos orçamentais ocorridos em anos anteriores, que sejam indevidos ou que não tenham sido utilizados pelas entidades que receberam essa receita.

**Rutura financeira (Administração Local):** Nos termos da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro a situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total do município seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. A dívida total do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

**Saldo corrente:** O saldo corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

**Saldo de capital:** O saldo de capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

**Saldo global ou saldo das Administrações Públicas:** O saldo global corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva na ótica da contabilidade pública.

**Saldo orçamental:** O saldo orçamental corresponde à diferença entre receitas e despesas. A designação estatística é “capacidade ou necessidade líquida de financiamento”.

**Saldo primário:** O saldo primário corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros).

**Saneamento financeiro municipal:** O saneamento financeiro municipal corresponde ao mecanismo de recuperação financeira municipal, consagrado no artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ao qual os municípios podem aderir tendo em vista a reprogramação da respetiva dívida e a consolidação dos passivos financeiros.

**Fonte:** Conselho de Finanças Públicas. (Abril de 2015). Glossário de termos das Finanças Públicas. Obtido em 13 de Abril de 2017, de Conselho de Finanças Públicas: <http://www.cfp.pt/wp-content/uploads/2015/04/Glossario-de-termos-das-Financas-Publicas.pdf>

## Anexo I

### Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 4.º trimestre de 2017 - julho de 2017)

- a) Medida cumprida, conforme deliberação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal em 16/11/2017 e 28/11/2017 respetivamente, que se anexam (Anexo II).
- b) Medida cumprida, conforme deliberação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal em 16/11/2017 e 28/11/2017 respetivamente, que se anexam (Anexo II).
- c) Medida cumprida, deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal em 16/11/2017 e 28/11/2017 de 8 de novembro de 2016 respetivamente, que se anexam (Anexo II).
- d) Medida cumprida. Conforme documento em anexo (Anexo III), o Município não está aplicar qualquer fator minorativo, às taxas acima referidas e está a aplicar os fatores majorativos na Ordem dos 30% no IMI. Esta medida aplica-se a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António.
- e) Medida parcialmente cumprida. A atualização do regulamento de taxas do Município encontra-se em fase final de elaboração, com a expectativa de que entre em vigor em 2018.
- f) Medida parcialmente cumprida. Como já foi referido anteriormente, o Regulamento de taxas do Município está na fase final de elaboração e, a sua atualização tem previsto a adequação às recomendações da entidade reguladora.
- g) Medida cumprida. No final do ano 2017, a receita obtida com a cobrança de Taxas, Multas e outras Penalidades (1.021.911,77€), foi superior ao previsto no Mapa 1 anexo ao contrato programa de ajustamento municipal (918.576.99€), pese embora ainda existam alguns processos em Contencioso pendentes no Departamento Jurídico.
- h) Medida parcialmente cumprida. O Regulamento de taxas do Município está na fase final de elaboração e, a sua atualização tem previsto a adequação às recomendações da entidade reguladora.
- i) Todas as receitas obtidas pelo Município decorrem de medidas previstas e/ou especificadas no PAM ainda que não se encontrassem devidamente quantificadas.
- j) Medida cumprida. As comunicações ocorreram em 29 de Novembro de 2017, conforme documentos que se anexam ao presente relatório de execução (Anexo IV).
- k) Medida cumprida. Já foi dado conhecimento por e-mail.
- l) Medida cumprida. Ver quadro de Análise da Evolução do mapa de pessoal.
- m) Medida não cumprida. O valor do desvio global execução da Despesa total (26.560.276,87€) face ao valor do PAM ajustado (33.082.012,18€) é positivo em 6.521.735,31€, corresponde a cerca de 20% da despesa prevista no PAM com ajuste. Em contraponto, temos uma execução dos compromissos assumidos, superior em 2.793.183,16€ ao valor do PAM Ajustado, que corresponde a um desvio desfavorável de cerca 2,5%. No que se refere ao montante dos compromissos assumidos (35.875.195,34€), há a destacar, à data de 31-12-2017, o valor de 9.314.918,47€ de compromissos por pagar, os quais correspondem a 26% dos compromissos assumidos no exercício. Nos compromissos assumidos, as rubricas orçamentais que apresentam desvios negativos, face ao PAM ajustado, são: Aquisição de bens e serviços (2.245.434,78€), Aquisição de bens e serviços (1.590.682,94€) e Passivos Financeiros (472.555,14€). À data de 31-12-2017, o Município de Vila Real de Santo António, deve promover a racionalização da despesa em geral, para atingir os objetivos fixados no PAM. Medida não cumprida. O valor do desvio global execução da Despesa total (26.560.276,87€) face ao valor do PAM ajustado (33.082.012,18€) é positivo em 6.521.735,31€, corresponde a cerca de 20% da despesa prevista no PAM com ajuste. Em contraponto, temos uma execução dos compromissos assumidos, superior em 2.793.183,16€ ao valor do PAM Ajustado, que corresponde a um desvio desfavorável de cerca 2,5%. No que se refere ao montante dos compromissos assumidos (35.875.195,34€), há a destacar, à data de 31-12-2017, o valor de 9.314.918,47€ de compromissos por pagar, os quais correspondem a 26% dos compromissos assumidos no exercício. Nos compromissos assumidos, as rubricas orçamentais que apresentam desvios negativos, face ao PAM ajustado, são: Aquisição de bens e serviços (2.245.434,78€), Aquisição de bens e serviços (1.590.682,94€) e Passivos Financeiros (472.555,14€). À data de 31-12-2017, o Município de Vila Real de Santo António, deve promover a racionalização da despesa em geral, para atingir os objetivos fixados no PAM.



## Anexo I

### Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 4.º trimestre de 2017 - julho de 2017)

n) Medida não cumprida. A execução da Despesa com pessoal, face ao PAM ajustado, apresenta um desvio favorável de 773.926,55€, que representa 9,5% da despesa no PAM ajustado. As limitações ao recrutamento de pessoal ou à celebração de quaisquer contratos de trabalho, podem levar à necessidade do recursos ao trabalho suplementar. À data de 31-12-2017, de acordo com os dados da execução orçamental dos Abonos variáveis ou eventuais (492.582,01€) apresentam uma execução superior ao previsto no PAM sem ajuste de 226.344,45€, o desvio decorre essencialmente, da despesa com o Trabalho suplementar e com as Ajudas de custo

o) Medida não cumprida. As limitações ao recrutamento de pessoal ou à celebração de quaisquer contratos de trabalho, levam ao aumento do trabalho suplementar.

p) Medida não cumprida. Em sede de PAM (Mapa 2) o valor que estava previsto para o final de 2017 era de 345.537.41€, sendo que em termos de execução o valor ascende a 715.803,67€. O valor da execução inclui 229.180,14€ de pagamentos efetuados ao abrigo do PAM, tendo sido executada despesa além do previsto no PAM no montante de 141.086,10€.

q) Medida parcialmente cumprida. Foi aprovada na Assembleia Municipal de 28 de Novembro de 2017 a adjudicação do contrato com vista à redução dos gastos com a Iluminação Pública, através de uma economia de escala conseguida em parceria com a Empresa Municipal (Anexo I)

r) Medida não cumprida.

s) Medida não cumprida. Apesar de haver, em parceria com a empresa municipal, uma maior controlo nos pontos de água, incluindo os pontos móveis, com a colocação de contadores móveis e respetiva leitura periódica. Consta-se um aumento de 104.329.35€, face ao período homólogo de 2016, ao qual acresce o facto de no final de 2017, ter ficado por pagar uma fatura de valor igual a 142.513,55€, para a qual não existe compromisso. Realçamos que na rubrica #020201 - Encargos com as Instalações existe um desvio negativo de 192.734.12€.

t) Medida não cumprida. Relativamente aos seguros previa-se ter sido lançado até ao final do ano do ano de 2017 um concurso público, mas por motivo de alteração de alguns pontos das peças do concurso, prevê-se que o mesmo seja lançado durante o ano de 2018. Relativamente ao procedimento a lançar, prevê-se que não haverá uma redução significativa da despesa por terem ocorrido, nos últimos anos, muitos sinistros no âmbito da Responsabilidade civil e Viaturas, factos que geram um aumento do risco e consequente aumento dos prémios dos seguros. Quanto à renegociação das outras despesas inscritas/previstas nesta medida não nos chegou ao conhecimento, terem sido alvo de qualquer renegociação.

u) Medida não cumprida. A execução das "Transferências correntes" foi de 3.426.050.86€, valor superior em 1.462.992,45€, ao previsto em PAM (1.963.058.41€). Tal desvio resulta essencialmente dos pagamentos efetuados no âmbito do PAM (3.157.808,12€) dos protocolos existentes com Instituições sem fins Lucrativos. Recorde-se ainda que existem valores relativos ao apoio às instituições e associações de natureza desportiva, que se concretizam através da utilização que estes fazem do Complexo Desportivo (equipamento da VRSA Sociedade de Gestão Urbana EM SA, empresa participada que irá faturar esses valores), sem que tivesse havido qualquer evolução quanto ao protocolo a estabelecer entre o MVRSA e os Clubes e Associações. À data de 31-12-2017, o valor total de utilizações por parte de Associações e Instituições de natureza desportiva ascende a 556.716,50€, sobre o qual acrescerá IVA à taxa normal, aquando da faturação. Acresce ainda, o valor de 1.723.764,83€, para equilíbrio dos resultados operacionais do Complexo Desportivo, referente ao ano de 2017. Relativamente à rubrica "Transferência correntes", tendo em conta o montante global de 2.280.481,33€, referido no parágrafo anterior e os valores registados em acréscimos de custos no ano de 2016 (3.900.610,38€), a necessidade global de dotação orçamental para cabimentar toda a despesa, a faturar pela Empresa Municipal, ascende a 6.181.091,71€, sendo de considerar também a despesa do IVA, quando aplicável. Os valores de despesa referidos não se encontravam devidamente previstos no orçamento municipal de 2017 e informamos não haver dotação no orçamento municipal aprovado, para o ano de 2018.

## Anexo I

### Reporte do Município relativo ao cumprimento das [medidas previstas no PAM](#) (Relatório de acompanhamento do PAM - 4.º trimestre de 2017 - julho de 2017)

v) Medida não cumprida. Ao nível da Despesa total o valor inicial previsto em PAM era de 21.515.783,11€, dado o Município ter efetuado pagamentos ao abrigo do PAM no montante de 11.064.926,57€ e com o valor de 501.302,40€, recebido para pagamento dos Passivos contingentes, o valor do PAM ajustado passa a ser de 33.082.012,18€. A execução da despesa foi inferior em 6.521.735,31€, face ao PAM Ajustado, porém à data de 31-12-2017, o valor dos compromissos assumidos ascende a 35.875.195,34€, o qual é superior ao valor do PAM Ajustado em 2.793.183,16€, o Município apresenta “Compromissos por pagar” no montante de 9.314.918,47€ (Despesa de corrente: 6.160.389,59€ e Despesa de capital: 3.154.528,88€), os quais representam 26% do valor total dos compromissos assumidos. Esta execução orçamental reflete, no geral, um aumento na Despesa total.

w) Medida Cumprida. De realçar o novo acordo celebrado com a VRSA Sociedade de Gestão Urbana (documentos em anexo ao relatório de execução do 1º Semestre de 2017, que segue em anexo ao presente relatório), no qual ficou estabelecido que do montante em dívida 2.353.169,66€, o Município paga 1.500.062,13€ com o 2.º desembolso, ficando em dívida o remanescente (853.107,53€) a liquidar com o 3.º desembolso.

x) Medida Cumprida. Tanto o contrato de empréstimo de Assistência Financeira, bem como os aditamentos aos contratos de empréstimo com as entidades bancárias, às quais o FAM prestou Garantias Autónomas, foram alvo de visto prévio do Tribunal de Contas, tendo sido visados a 11 de outubro de 2016.

y) Medida Cumprida. Códigos Dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

z) Medida Cumprida. Toda a despesa paga, tem processo de despesa, de acordo com a legislação em vigor, de salientar existir dívida assumida anteriormente à entrada em vigor da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.

## Anexo II

### Balancete Dezembro de 2017 (contas da classe 0 à classe 3)

		€ Valor a Débito Anterior	€ Valor a Crédito Anterior	€ Valor a Débito do Período	€ Valor a Crédito do Período	€ Valor Total a Débito	€ Valor Total a Crédito	€ Saldo Devedor	€ Saldo Credor
<b>Total</b>		<b>773.888.261,84 €</b>	<b>865.591.176,34 €</b>	<b>96.073.608,08 €</b>	<b>92.575.226,20 €</b>	<b>869.961.869,92 €</b>	<b>958.166.402,54 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>88.204.532,62 €</b>
0 - Contas Do Controlo Orçamental E De Ordem	1 - Orçamento Exercício Corrente	54.772.460,77 €	54.772.460,77 €	12.421.013,43 €	12.421.013,43 €	67.193.474,20 €	67.193.474,20 €	0,00 €	0,00 €
	2 - Despesas	195.874.051,27 €	232.069.393,27 €	10.601.161,55 €	10.601.161,55 €	206.475.212,82 €	242.670.554,82 €	0,00 €	36.195.342,00 €
	3 - Receitas	72.390.684,00 €	36.195.342,00 €	31.835.826,63 €	31.835.826,63 €	104.226.510,63 €	68.031.168,63 €	36.195.342,00 €	0,00 €
	4 - Orçamento - Exercícios Futuros	166.599.924,86 €	68.226.042,49 €	240.330,92 €	0,00 €	166.840.255,78 €	68.226.042,49 €	98.614.213,29 €	0,00 €
	5 - Compromissos - Exercícios Futuros	68.226.042,49 €	166.599.924,86 €	0,00 €	240.330,92 €	68.226.042,49 €	166.840.255,78 €	0,00 €	98.614.213,29 €
	9 - Contas De Ordem	9.353.308,35 €	9.353.308,35 €	846.795,05 €	846.795,05 €	10.200.103,40 €	10.200.103,40 €	0,00 €	0,00 €
1 - Disponibilidades	1 - Caixa	39.344.390,15 €	39.334.925,06 €	5.851.358,97 €	5.849.752,25 €	45.195.749,12 €	45.184.677,31 €	11.071,81 €	0,00 €
	2 - Depósitos Em Instituições Financeiras	36.223.460,36 €	35.112.304,21 €	4.599.795,72 €	4.935.686,86 €	40.823.256,08 €	40.047.991,07 €	775.265,01 €	0,00 €
2 - Terceiros	1 - Clientes, Contribuintes E Utentes	18.216.420,78 €	12.473.063,73 €	1.903.739,48 €	3.031.297,50 €	20.120.160,26 €	15.504.361,23 €	4.615.799,03 €	0,00 €
	2 - Fornecedores	22.098.466,22 €	31.540.972,87 €	2.501.954,18 €	2.906.262,03 €	24.600.420,40 €	34.447.234,90 €	0,00 €	9.846.814,50 €
	3 - Empréstimos Obtidos	2.514.326,04 €	67.738.226,16 €	1.559.944,06 €	1.589.338,07 €	4.074.270,10 €	69.327.564,23 €	0,00 €	65.253.294,13 €
	4 - Estado E Outros Entes Públicos	2.662.481,30 €	3.047.131,25 €	499.828,47 €	265.551,96 €	3.162.309,77 €	3.312.683,21 €	0,00 €	150.373,44 €
	5 - Devedores E Credores Pela Execução Do Orçamento	51.660.567,04 €	51.660.567,04 €	7.395.283,37 €	7.395.283,37 €	59.055.850,41 €	59.055.850,41 €	0,00 €	0,00 €
	6 - Outros Devedores E Credores	32.712.947,16 €	28.171.839,40 €	5.303.803,39 €	3.568.438,77 €	38.016.750,55 €	31.740.278,17 €	6.276.472,38 €	0,00 €
	7 - Acréscimos E Diferimentos	782.191,80 €	25.052.056,79 €	8.947.536,17 €	4.062.315,04 €	9.729.727,97 €	29.114.371,83 €	0,00 €	19.384.643,86 €
	9 - Provisões	22.183,48 €	4.050.607,05 €	1.562.715,62 €	3.004.216,05 €	1.584.899,10 €	7.054.823,10 €	0,00 €	5.469.924,00 €
3 - Existências	1 - Compras	91.914,30 €	90.559,43 €	15,97 €	1.370,84 €	91.930,27 €	91.930,27 €	0,00 €	0,00 €
	6 - Matérias-Primas, Subsidiárias E De Consumo	328.526,75 €	101.594,76 €	410,93 €	5.433,84 €	328.937,68 €	107.028,60 €	221.909,08 €	0,00 €
	8 - Regularização De Existências	13.914,72 €	856,85 €	2.094,17 €	15.152,04 €	16.008,89 €	16.008,89 €	0,00 €	0,00 €

## Anexo II

### Balancete de Dezembro de 2017 (contas da classe 4 à classe 8)

		€ Valor a Débito Anterior	€ Valor a Crédito Anterior	€ Valor a Débito do Período	€ Valor a Crédito do Período	€ Valor Total a Débito	€ Valor Total a Crédito	€ Saldo Devedor	€ Saldo Credor
<b>Total</b>		<b>325.438.907,36 €</b>	<b>233.735.992,86 €</b>	<b>21.794.379,48 €</b>	<b>25.292.761,36 €</b>	<b>347.233.286,84 €</b>	<b>259.028.754,22 €</b>	<b>88.204.532,62 €</b>	<b>0,00 €</b>
4 - Imobilizações	1 - Investimentos Financeiros	47.115.744,16 €	58.371,00 €	146.748,54 €	1.626.071,24 €	47.262.492,70 €	1.684.442,24 €	45.578.050,46 €	0,00 €
	2 - Imobilizações Corpóreas	109.411.695,99 €	723.487,47 €	92.225,39 €	135.455,31 €	109.503.921,38 €	858.942,78 €	108.644.978,60 €	0,00 €
	3 - Imobilizações Incorpóreas	3.246.148,52 €	75.523,93 €	19.562,42 €	0,00 €	3.265.710,94 €	75.523,93 €	3.190.187,01 €	0,00 €
	4 - Imobilizações Em Curso	1.637.395,42 €	566.154,16 €	0,00 €	229.659,36 €	1.637.395,42 €	795.813,52 €	841.581,90 €	0,00 €
	5 - Bens De Domínio Público	51.648.035,73 €	0,00 €	137.433,97 €	0,00 €	51.785.469,70 €	0,00 €	51.785.469,70 €	0,00 €
	8 - Amortizações Acumuladas	350.788,07 €	32.829.851,86 €	120.732,63 €	2.619.949,10 €	471.520,70 €	35.449.800,96 €	0,00 €	34.978.280,26 €
	9 - Provisões Para Investimentos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	125,75 €	0,00 €	125,75 €	0,00 €	125,75 €
5 - Fundo Patrimonial	0 - Fundo Patrimonial	89.593.200,67 €	178.053.674,68 €	272.555,71 €	7.379.708,92 €	89.865.756,38 €	185.433.383,60 €	0,00 €	95.567.627,22 €
6 - Custos E Perdas	1 - Custo Das Mercadorias Vendidas E Das Matérias Consumidas	100.953,28 €	70,46 €	4.710,51 €	0,00 €	105.663,79 €	70,46 €	105.593,33 €	0,00 €
	2 - Fornecimentos E Serviços Externos	7.922.111,18 €	104.665,45 €	1.160.093,72 €	189.806,89 €	9.082.204,90 €	294.472,34 €	8.787.732,56 €	0,00 €
	3 - Transferências E Subsidios Correntes Concedidos E Prestações Sociais	2.744.801,90 €	48.500,00 €	2.374.167,35 €	5.541,55 €	5.118.969,25 €	54.041,55 €	5.064.927,70 €	0,00 €
	4 - Custos Com O Pessoal	6.732.775,33 €	100.094,30 €	1.379.322,09 €	864.152,04 €	8.112.097,42 €	964.246,34 €	7.147.851,08 €	0,00 €
	5 - Outros Custos E Perdas Operacionais	204.338,50 €	0,00 €	10.473,68 €	0,00 €	214.812,18 €	0,00 €	214.812,18 €	0,00 €
	6 - Amortizações Do Exercício	0,00 €	0,00 €	2.619.949,10 €	0,00 €	2.619.949,10 €	0,00 €	2.619.949,10 €	0,00 €
	7 - Provisões Do Exercício	0,00 €	0,00 €	3.004.216,05 €	0,00 €	3.004.216,05 €	0,00 €	3.004.216,05 €	0,00 €
	8 - Custos E Perdas Financeiros	1.685.113,98 €	0,00 €	2.488.978,80 €	409.056,78 €	4.174.092,78 €	409.056,78 €	3.765.036,00 €	0,00 €
	9 - Custos E Perdas Extraordinários	487.877,50 €	57.382,18 €	286.821,98 €	0,00 €	774.699,48 €	57.382,24 €	717.317,24 €	0,00 €
	1 - Vendas E Prestações De Serviços	261,71 €	2.858.971,83 €	355.837,79 €	976.771,33 €	356.099,50 €	3.835.743,16 €	0,00 €	3.479.643,66 €
7 - Proveitos E Ganhos	2 - Impostos E Taxas	11.726,70 €	11.213.721,70 €	7.046.934,84 €	7.764.545,24 €	7.058.661,54 €	18.978.266,94 €	0,00 €	11.919.605,40 €
	3 - Proveitos Suplementares	1.470,62 €	799.838,61 €	0,00 €	172.261,09 €	1.470,62 €	972.099,70 €	0,00 €	970.629,08 €
	4 - Estudos, Projectos E Assistência Tecnológica	80.041,14 €	3.236.217,27 €	106.269,91 €	394.311,37 €	186.311,05 €	3.630.528,64 €	0,00 €	3.444.217,59 €
	6 - Outras Proveitos E Ganhos Operacionais	0,00 €	236.453,60 €	0,00 €	43.756,27 €	0,00 €	280.209,87 €	0,00 €	280.209,87 €
	8 - Proveitos E Ganhos Financeiros	100.108,28 €	338.380,83 €	20.833,33 €	198.863,17 €	120.941,61 €	537.244,00 €	0,00 €	416.302,39 €
	9 - Proveitos E Ganhos Extraordinários	89.441,79 €	159.756,64 €	146.511,67 €	2.282.725,89 €	235.953,46 €	2.442.482,53 €	0,00 €	2.206.529,07 €
	8 - Resultados	2.274.876,89 €	2.274.876,89 €	0,00 €	0,00 €	2.274.876,89 €	2.274.876,89 €	0,00 €	0,00 €